

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 075/2025
Data: 10/06/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PODE TER NOVA SEDE EM GUARUJÁ; LOCAIS SÃO AVALIADOS	4
TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ TEM EDITAL ATUALIZADO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO; VALOR DA OBRA SOBE PARA R\$ 6,8 BILHÕES	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
RECIFE-MADRI: AEROPORTO DOS GUARARAPES ESTREIA A SUA 10ª ROTA INTERNACIONAL	6
PROJETO DE R\$ 3 BI CRIA NO CEARÁ MAIOR JAZIDA ATIVA DE FOSFATO E URÂNIO DO PAÍS	8
GoVERDE VAI IMPLANTAR UMA SEGUNDA PLANTA DE E-METANOL EM SUAPE	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
GRUPO DE TRABALHO AVANÇA NA ELABORAÇÃO DE PRÁTICA RECOMENDADA PARA DESCARBONIZAÇÃO DOS PORTOS	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS LEVA CARAVANA DA INOVAÇÃO PARA A 6ª EDIÇÃO DO INOVAPORTOS, NO MARANHÃO	12
GOVERNO FEDERAL INVESTE R\$ 13,6 MILHÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA EM AEROPORTOS REGIONAIS	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
GOVERNO FEDERAL RESCINDE CONTRATO DE CONCESSÃO DA RODOVIA DO AÇO POR INEFICIÊNCIA	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INTENSIFICA AÇÕES PARA ESTRUTURAR PROJETOS E APRIMORAR CONCESSÕES FERROVIÁRIAS	16
PORTAL PORTO GENTE	17
ACIDENTE MARÍTIMO NO ALASCA (EUA) EVIDENCIA A IMPORTÂNCIA DOS SEGUROS E MITIGAÇÃO DE RISCOS	17
VLI PUBLICA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2024 E ESTABELECE NOVOS COMPROMISSOS ESG	18
CONAB DIVULGA BÔNUS DO PGPAF PARA JUNHO COM INCLUSÃO DE NOVOS PRODUTOS E ALTERAÇÕES NOS ESTADOS BENEFICIADOS	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	19
EDITORIAL – NOVO PROJETO PORTUÁRIO PARA O ESPÍRITO SANTO	19
NACIONAL - HUB – CURTAS - RENAN FILHO VOLTA A DEFENDER FEDERAÇÃO ENTRE MDB E REPUBLICANOS	20
<i>Parceria já</i>	20
<i>Para o Senado</i>	20
<i>A outra vaga</i>	21
NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA R\$ 13,6 MILHÕES PARA SEGURANÇA EM AEROPORTOS REGIONAIS	21
NACIONAL - ANTT E MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE FUTURO DA REGULAÇÃO FERROVIÁRIA	22
NACIONAL - AEROPORTOS - SAÍDA DA GOL DA CHAPTER 11 DEMONSTRA CAPACIDADE DO SETOR, DIZ SECRETÁRIO	23
INTERNACIONAL - TOCANTINS BUSCA PARCEIRIAS EM ISRAEL PARA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	24
REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO ANUNCIA FÁBRICA DE E-METANOL DE R\$ 2 BI NO PORTO DE SUAPE	26
REGIÃO SUDESTE - VPORTS INICIA PROCESSO PARA NOVO PORTO MULTIPROPÓSITO EM ARACRUZ	27
REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO AJUSTA EDITAL DO TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ	28
REGIÃO SUDESTE - RIO DE JANEIRO APRESENTA PLANO PARA AMPLIAR METRÔ E INTEGRAR REGIÃO METROPOLITANA	29
REGIÃO SUL - FRENTE INTERSINDICAL QUER APOIO DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ CONTRA NOVA LEI DOS PORTOS	30
MERCOSUL - COM OBRAS EM QUATRO FRENTES, LOTE 4 DA ROTA BIOCEÂNICA AVANÇA NO PARAGUAI	31
BAHIA ECONÔMICA - BA	32
APÓS DESEMBARQUE DE 7 MIL CARROS DA BYD, GOVERNADOR DE SANTA CATARINA QUER ATRAIR FÁBRICA DA MONTADORA	32
ACELEN E REFINARIAS PRIVADAS PODEM TER EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS COM AUMENTO DO PREÇO DE REFERÊNCIA DO PETRÓLEO PELA PETROBRAS	32
JORNAL O GLOBO – RJ	33
AUMENTO DE IMPOSTOS REDUZ CRESCIMENTO DO PAÍS E CAUSA PERDA DE EFICIÊNCIA, DIZEM BANQUEIROS	33
EQUIPE ECONÔMICA CHEGOU À FORMA AUTOAPLICÁVEL DE REDUÇÃO LINEAR DE 10% DO GASTO TRIBUTÁRIO. CONFIRA DETALHES DO PACOTE FISCAL	34
HADDAD DIZ QUE COMISSÃO DE LÍDERES DEVE AVALIAR MEDIDAS PARA CONTER GASTOS	36
APÓS REUNIÃO COM LULA, HADDAD DIZ QUE PACOTE ALTERNATIVO AO IOF DEVE CHEGAR À MESA DO PRESIDENTE HOJE	37
EUA E CHINA TÊM SEGUNDO DIA DE NEGOCIAÇÕES. VEJA O QUE ESTÁ EM JOGO NO ENCONTRO EM LONDRES	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 075/2025
Página 3 de 48
Data: 10/06/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	41
TURCA KARPOWERSHIP QUER CRESCER NO PAÍS E PLANEJA REGISTRAR ATÉ 2 GW EM LEILÃO	41
CAMPOS NETO CRITICA AUMENTO DO IOF E DIZ QUE GOVERNO LULA ERRA EM AVALIAÇÃO SOBRE INFLAÇÃO	43
PETROBRAS VOLTA A OLHAR OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO MUNDO: VEJA OS PAÍSES NO RADAR	44
VALOR ECONÔMICO (SP).....	45
CADE ABRE PROCESSO PARA APURAR PRÁTICAS ANTICOMPETITIVAS EM PRATICAGEM NO PORTO DE SANTOS	45
RÚSSIA LANÇA NOVO ATAQUE COM DRONES CONTRA A CAPITAL DA UCRAÍNA.....	46
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	47
TECON 10: GOVERNO DE SP CRITICA RESTRIÇÕES E SUGERE QUE CADE ANALISE SE HÁ CONCENTRAÇÃO	47
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	48
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	48



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PODE TER NOVA SEDE EM GUARUJÁ; LOCAIS SÃO AVALIADOS

Afirmção é de Anderson Pomini, presidente da APS. Antes, transferência para prédio da Alfândega foi cogitada

Por Ted Sartori 10 de junho de 2025



Ideia inicial do presidente da APS era levar administração portuária para o histórico prédio da Alfândega (Alexsander Ferraz/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) projeta construir uma nova sede e não descarta que o prédio seja erguido no Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá. Conforme apurou A Tribuna, seria uma maneira de ajudar a revitalizar aquela área portuária, que já deve ter impactos positivos com a construção do túnel imerso.

A ideia é deixar a atual sede, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, no Macuco, em Santos, para ocupar instalações completamente novas, que também abrigariam outros órgãos correlatos, confirmou a APS. Detalhes envolvendo prazos e custos do empreendimento, porém, ainda não foram definidos.

“Estão sendo estudadas diariamente as opções, tanto na Margem Direita (Santos) quanto na Margem Esquerda (Guarujá), para que, ainda neste ano, possamos fazer o anúncio, já com uma linha do tempo para a construção. Será uma sede adequada, que atenda a esse momento histórico importante do Porto de Santos”, afirma o presidente da APS, Anderson Pomini.

As visitas a portos como os de Antuérpia, na Bélgica, e de Roterdã, na Holanda, onde as Autoridades Portuárias estão mais próximas dos respectivos complexos, fizeram com que Pomini vislumbasse a possibilidade em Santos.

“Como acontece no mundo, o objetivo é reunirmos, nessa nova sede, pelo menos uma representação de todos os serviços institucionais que são prestados: Receita Federal, Polícia Federal (PF), Vigiagro (Vigilância Agropecuária) e Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Seria uma sede com heliponto, com infraestrutura adequada e moderna para os tempos atuais”, afirma o presidente da APS. “A grandeza do Porto de Santos e o que ele representa para o País fazem com que a gestão procure e deva oferecer uma estrutura adequada para a sua sede”, afirma o presidente da APS.

Outra ideia

A intenção de deixar a atual sede não é nova. Em agosto do ano passado, A Tribuna revelou que a Autoridade Portuária propôs ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) a transferência para o prédio da Alfândega, na Praça da República, no Centro de Santos.

Na ocasião, a iniciativa do presidente da APS, que surgiu no final de 2023, envolveria uma permuta. A Autoridade Portuária faria parceria com a Prefeitura de Santos para oferecer outro edifício à Receita Federal. O plano era encontrar instalações que atendessem às necessidades da Alfândega e que estivessem equipadas com infraestrutura moderna e informatizada para a Autoridade Aduaneira.

A iniciativa não foi adiante. A Alfândega deixou claro na mesma reportagem que não tinha interesse na mudança de prédio. Para corroborar esse posicionamento, a fachada do prédio, de 1934, passou por restauração e ainda foi inaugurado, em novembro, o Museu da Alfândega de Santos no local.

Área nobre

A ideia da Autoridade Portuária de Santos (APS) é que a área da sede atual, com 67 mil metros quadrados (m2) no Macuco, dentro da Poligonal do Porto Organizado de Santos, seja direcionada para atividade portuária de cargas.

A gestora do Porto estima um potencial de receitas pela exploração do espaço que supera os R\$ 15 milhões por ano.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/06/2025

TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ TEM EDITAL ATUALIZADO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO; VALOR DA OBRA SOBE PARA R\$ 6,8 BILHÕES

A licitação por concessão patrocinada será realizada no dia 5 de setembro, na B3, em São Paulo
Por ATribuna.com.br 9 de junho de 2025



Túnel imerso vai ligar as cidades de Santos e Guarujá; novo edital é publicado (Alexsander Ferraz/Arquivo AT)

O Governo de São Paulo republicou o edital de licitação do Túnel Imerso Santos–Guarujá nesta segunda-feira (9), no Diário Oficial do Estado, com ajustes no projeto e no valor, que foi atualizado de R\$ 5,96 bilhões para R\$ 6,8 bilhões. O leilão será realizado no dia 5 de setembro, na sede da B3, em São Paulo. A concessão patrocinada terá prazo de 30 anos e abrangerá as etapas de construção, operação e manutenção

do sistema.

O projeto é estruturado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor).

A nova versão do edital traz ajustes técnicos e operacionais no modelo de concessão, com foco em ampliar a atratividade junto ao setor privado, garantir segurança jurídica ao processo e proporcionar mais eficiência na execução do contrato. Com 1,5 km de extensão — sendo 870 metros sob o canal do estuário —, o túnel será o primeiro do tipo no Brasil, utilizando a técnica internacional de túnel imerso. A infraestrutura contará com três faixas por sentido, sendo uma exclusiva para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de uma galeria destinada a pedestres e ciclistas.

“O túnel Santos–Guarujá simboliza o tipo de obra que queremos entregar: estruturante, com inovação, parceria entre entes públicos e que melhora de forma concreta a vida das pessoas. Vamos tirar do papel um projeto esperado há décadas com responsabilidade técnica e compromisso com a população”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

Modelo aprimorado

Segundo o Executivo estadual, as melhorias no edital resultam diretamente das contribuições colhidas no roadshow internacional promovido pelo Governo de São Paulo na Europa, que reuniu operadores globais de infraestrutura. Foram implementados ajustes como a atualização da data-base contratual para janeiro de 2025, a revisão de custos relevantes — como concreto, dragagem e paredes diafragma — e a reavaliação da distância média de transporte, agora considerada em 85 km. Também foram atualizadas as projeções de tráfego, com base na modelagem do projeto de Travessias Hídricas.

O modelo passa a permitir lances em viva-voz tanto sobre a contraprestação pública quanto sobre o aporte público, estimulando maior competição e busca por propostas mais vantajosas ao poder público. A entrega dos envelopes está marcada para 1º de setembro, às 10h, e a abertura das propostas ocorrerá no dia 5, às 16h.

A minuta do contrato foi aprimorada com dispositivos que reforçam o equilíbrio financeiro e a segurança jurídica da concessão. O contrato também prevê salvaguardas à concessionária, com mecanismos que asseguram previsibilidade e proteção contratual.

Outras mudanças incluem a criação da Conta Desapropriação, ajustes nos critérios de alocação de riscos — especialmente geológicos e de interferências — e a definição de soluções provisórias para o Cais Outeirinhos e o pátio ferroviário em Guarujá, que garantirão o funcionamento da infraestrutura portuária e logística durante a execução das obras.

Alta demanda

Atualmente, a ligação entre Santos e Guarujá é feita por balsas e catraias, que transportam mais de 21 mil veículos, 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres por dia. O novo túnel visa melhorar a mobilidade, trazendo mais conforto, agilidade e segurança para a população. A estimativa é de geração de cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos.

Resultado de uma parceria entre o Governo do Estado, o Ministério de Portos e Aeroportos, a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Autoridade Portuária de Santos (APS), o projeto está qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SP) e integra o Novo PAC do Governo Federal.

Maquete

O Governo do Estado também lançou edital para contratar empresa que construirá a maquete do empreendimento, a ser utilizada para fins de apresentação do projeto e promoção da infraestrutura do Estado. Interessados devem entregar as propostas a partir de terça-feira (10) até às 9 horas do dia 16.

O edital e demais informações poderão ser obtidos nos seguintes endereços eletrônicos: www.investe.sp.gov.br, no ícone “Sobre a Investe SP” > “Licitações e Contratos” > “Licitações 2025” e também pelo e-mail compras@investsp.org.br.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/06/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

RECIFE-MADRI: AEROPORTO DOS GUARARAPES ESTREIA A SUA 10ª ROTA INTERNACIONAL

Terminal pernambucano inaugura nesta terça-feira (10) voo direto para Madri pela Azul, alcançando 7 países (Espanha, Portugal, EUA, Paraguai, Argentina, Chile e Uruguai) e consolidando-se como principal hub internacional da região

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

O Aeroporto dos Guararapes – Gilberto Freyre, no Recife, vai ampliar sua malha aérea para o exterior nesta terça-feira (10), com o início da operação da rota direta para Madri, na Espanha, pela Azul Linhas Aéreas. Com decolagem prevista para as 19h10, o voo posiciona a capital pernambucana como a única do Nordeste com ligação regular com a capital espanhola e marca a décima conexão ativa com outros países a partir do principal hub internacional da região.



Com primeiros prédios construídos no século 16, a Puerta del Sol é um dos pontos históricos mais visitados por turistas em Madri. Foto: Valery Bareta / Shutterstock.com

A nova conexão será operada três vezes por semana – às terças, quintas e domingos – com retornos às segundas, quartas e sextas-feiras. A cerimônia de lançamento contará com a presença da vice-governadora de Pernambuco, Priscila Krause. Na quinta-feira passada (5), a Azul também iniciou a operação da rota para Porto, em Portugal, com taxa de ocupação total no voo inaugural.

O trecho Recife–Madri será realizado com aeronaves Airbus A330-900neo, modelo de nova geração configurado pela companhia com 298 assentos, incluindo 34 na classe executiva, 108 na Economy Xtra e 156 na classe econômica.

O modelo é utilizado pela Azul nas rotas internacionais de longa distância e possui autonomia para voos de até 13 mil quilômetros. As aeronaves são equipadas com sistema de entretenimento individual, conectividade via wi-fi e maior eficiência de combustível, permitindo operação intercontinental com menor impacto ambiental.

A Azul destacou a escolha de Recife como hub internacional estratégico: “Recife tem uma importância estratégica por ser um dos principais centros de conectividade do Nordeste brasileiro. Pernambuco possui grande influência regional e atende a todos os critérios de conectividade necessários para oferecer aos clientes uma nova porta de entrada para a Europa, de forma mais ágil e eficiente, deixando cada vez mais a malha da Azul robusta na cidade pernambucana”, disse o gerente de Relações Institucionais da companhia, César Grandolfo, no dia 20 de março, quando foi anunciado o início da venda de passagens para a nova rota.

Madri terá voos do Recife também pela Iberia

Com a inclusão de Madri e Porto, o Aeroporto do Recife passa a oferecer voos internacionais regulares para sete países: Portugal (Lisboa e Porto), Espanha (Madri), Estados Unidos (Orlando e Fort Lauderdale), Argentina (Buenos Aires e Córdoba), Uruguai (Montevideu), Chile (Santiago) e Paraguai (Assunção). As operações são realizadas pelas companhias Azul, TAP Air Portugal, Gol e LATAM, com a previsão de entrada da Jetsmart e da Iberia.

O aeroporto tem confirmadas para o segundo semestre deste ano as estreias da Iberia na rota Recife–Madri, com três voos semanais a partir de dezembro, e da chilena Jetsmart na rota Recife–Buenos Aires, ampliando a presença de companhias internacionais e de baixo custo no terminal.

Maior oferta de voos internacionais do Nordeste

No comparativo regional, o Aeroporto de Fortaleza opera atualmente oito rotas internacionais regulares, conectando-se a destinos como Paris, Lisboa, Madri, Miami, Orlando, Buenos Aires, Cayenne e Santiago. Em Salvador, o Aeroporto Luís Eduardo Magalhães mantém operações regulares para seis destinos: Lisboa, Madri, Paris, Buenos Aires, Montevideu e Córdoba — rota esta retomada pela Aerolíneas Argentinas a partir de janeiro de 2025.

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o Aeroporto do Recife movimentou 3,1 milhões de passageiros entre janeiro e abril de 2025 — maior volume entre os terminais da região. Em abril, foram 37,9 mil passageiros internacionais, número que coloca o terminal como o segundo mais movimentado do Nordeste nesse segmento, atrás apenas de Salvador.

A malha internacional cresceu 18% nos primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 2024. A taxa média de ocupação nos voos internacionais alcançou 82% em abril, evidenciando a consolidação do Recife como um centro de distribuição de voos intercontinentais no país.

PROJETO DE R\$ 3 BI CRIA NO CEARÁ MAIOR JAZIDA ATIVA DE FOSFATO E URÂNIO DO PAÍS

Projeto Santa Quitéria, no interior do Ceará, pode reduzir dependência nacional por fertilizantes importados

De Fortaleza - Bruno Brandão



Imagem da planta industrial prevista para Santa Quitéria (CE) em uma área de 5.800 hectares (Foto: Divulgação)

Um empreendimento atualmente em fase de licenciamento ambiental propõe transformar uma fazenda no interior do Ceará na maior jazida ativa de fosfato e urânio do país. Trata-se do Projeto Santa Quitéria, desenvolvido pela Galvani Fertilizantes, com previsão de investimento de aproximadamente R\$ 3 bilhões e foco na produção de fertilizantes fosfatados e na concentração de urânio. Localizado no município de Santa Quitéria, situada em uma área de 380 hectares dentro da Fazenda Itataia, que possui um total de 5.800 hectares, o projeto também busca fomentar a geração de empregos, diversificar a base econômica regional e reduzir a dependência do Brasil de fertilizantes importados, sem necessidade de desapropriações.

A Galvani estima produzir anualmente 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados, suficientes para atender cerca de 25% da demanda das regiões Norte e Nordeste, além de 220 mil toneladas de fosfato bicálcico por ano, o que representa metade do consumo nordestino do insumo usado na nutrição animal. No caso do urânio, a proposta é concentrar e embalar o mineral para ser enviado ao complexo nuclear de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, como matéria-prima para geração de energia.

Segundo Christiano Brandão, representante da Galvani, em conversa com o Movimento Econômico, o projeto se insere numa lacuna crítica da cadeia de produção agrícola regional. “Queremos conhecer melhor o mercado do Norte e Nordeste, apresentar a Galvani como fornecedor de fertilizantes customizados e trabalhar diretamente com o produtor rural. Hoje, a maior parte desses insumos ainda é importada. Nosso projeto busca oferecer uma alternativa nacional, com melhor custo-benefício e maior precisão agrônômica”, explica.

Sete mil empregos no Ceará

Durante a fase de implantação, prevista para ocorrer entre 2026 e 2029, cerca de 7 mil empregos diretos e indiretos devem ser gerados, movimentando aproximadamente R\$ 135 milhões em massa salarial na região. A operação, após a entrada em atividade plena, deve manter cerca de 3 mil empregos diretos e indiretos, contribuindo com mais de R\$ 110 milhões anuais em salários e R\$ 40 milhões em tributos, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).

“Com uma alavancagem do Produto Interno Bruto (PIB) dessa região em até 10 vezes, ou seja, o PIB de Santa Quitéria passa a ser entre os maiores PIBs do Estado do Ceará”, destaca o representante.



Grãos de fosfato, minério será base para a produção de fertilizantes agrícolas e suplemento mineral para nutrição animal (Foto: Divulgação)

Até agora, o projeto já desembolsou cerca de R\$ 230 milhões em estudos técnicos, análises ambientais, modelagens operacionais e sondagens. A Galvani, que tem experiência no desenvolvimento de fertilizantes sob medida, destaca que seu modelo de negócio se baseia na personalização dos insumos conforme o perfil do solo e da

lavou, ao contrário dos fertilizantes importados, que chegam ao país com fórmulas fixas. “Quando você importa, o fertilizante tem uma composição padrão. Nós ajustamos os nutrientes conforme a necessidade do produtor, otimizando o uso e evitando desperdícios”, afirma Brandão.

A Galvani promete operar com tecnologia de ponta, dispensando o uso de barragens de rejeitos, uma prática que tem gerado grande preocupação ambiental no Brasil. Com um processo de mineração a seco, o consumo de água será reduzido.

“É o primeiro projeto de exploração de colofanito, que é esse minério de fosfato com urânio associado do mundo. É onde conseguimos com uma nova tecnologia eliminar uma barragem de rejeitos. Um projeto que trabalha a seco, e isso é muito importante. O projeto está localizado no semiárido, então um bom uso desse recurso ainda mais nesta região se faz de fundamental importância, então eliminamos uma barragem de rejeitos e reduzimos o consumo de água. Uma tecnologia de disposição de rejeitos absolutamente segura, que possui todas as suas fontes de pressões, sejam ambientais, sejam sobre as comunidades, muito conhecidas e muito bem controladas”, afirma.

Licenciamento

O Projeto Santa Quitéria está em fase de avaliação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) foram apresentados e discutidos com a sociedade civil em audiências públicas. Durante os debates, representantes do Ministério Público do Trabalho enfatizaram a necessidade de protocolos rigorosos para garantir a segurança dos trabalhadores e evitar impactos sociais indesejados. A Galvani espera obter a Licença Prévia ainda em 2025. A partir daí, o cronograma prevê início das obras em 2026 e operação comercial em 2029.



Equipe da Galvani apresenta o Projeto Santa Quitéria durante a PEC Nordeste, em Fortaleza (Foto: Divulgação)

PEC Nordeste

O Projeto Santa Quitéria foi apresentado durante a PEC Nordeste – Feira Nordestina da Pecuária e Agricultura Familiar, que ocorreu em Fortaleza na semana passada. O projeto tem uma capacidade de produção de 25% de todo fertilizante à base de fosfato para o Norte e Nordeste do Brasil. “Então, realmente, a gente elimina uma grande

dependência da importação de fertilizantes fosfatados e a gente também, com esse projeto, consegue produzir 50% do fosfato de cálcio, que é usado na nutrição animal para todo Norte e Nordeste do Brasil”, explica Cristiano.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/06/2025

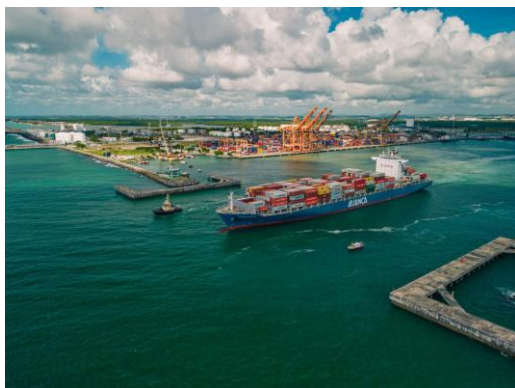
GOVERDE VAI IMPLANTAR UMA SEGUNDA PLANTA DE E-METANOL EM SUAPE

Com a segunda unidade de e-metanol, Suape se estrutura para ser um cluster produtor de energia de baixo carbono

De Recife Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br

A empresa GoVerde e Metanol Suape 1 Ltda vão implantar uma segunda planta de e-metanol derivado de hidrogênio verde no Complexo Industrial e Portuário de Suape. O contrato de arrendamento da área foi assinado nesta segunda-feira (09) pela governadora Raquel Lyra e representantes da empresa no Palácio das Princesas. O empreendimento vai demandar um investimento de R\$ 2 bilhões.

A homologação do arrendamento da área que a companhia vai ocupar foi publicada no sábado (07) no Diário Oficial de Pernambuco. Será a segunda planta de e-metanol de Suape. A primeira vai ser implantada pela empresa de origem dinamarquesa European Energy.



A GoVerde arrendou uma área na parte industrial de Suape para implantar a planta de e-metanol. Foto: Porto de Suape /Divulgação.

As obras devem ser iniciadas em 2026 e vão gerar 1.500 empregos diretos e indiretos. Numa primeira etapa, o projeto vai ocupar uma área de 10 hectares. Mas está prevista uma ampliação que pode incorporar mais 20 hectares, totalizando 30 hectares.

A previsão é de que o empreendimento entre em operação até 2028. A Bahia também estava disputando a planta de e-metanol. Este combustível é verde e vai ser usado em navios para substituir o óleo bunker, que é fóssil e contribui para o aquecimento global.

A planta da GoVerde será voltada para a exportação do e-metanol para consumidores europeus e norte-americanos da indústria naval e do setor aéreo. Inicialmente, a planta vai ter uma capacidade de produzir 300 toneladas por dia com o começo da operação previsto entre 2027 e 2028. A ampliação do projeto prevê a fabricação de 900 toneladas por dia até 2032.

Com a implantação desta segunda unidade, Suape vai se tornar um cluster de produção de combustíveis de baixo carbono, segundo o diretor-presidente do Porto de Suape, Armando Monteiro Bisneto. “Esses dois megaprojetos são fruto da proatividade do governo Raquel Lyra e do time de Suape, posicionando o nosso complexo entre os primeiros da América Latina com projetos estruturados para o e-metanol”, afirmou Bisneto.

Ele disse também que, pela proximidade do setor sucroenergético com o cluster, as empresas terão insumo garantido para a produção do combustível verde. O cluster também prevê um investimento de R\$ 1,2 bilhão em infraestrutura pública e compartilhada -incluindo adaptações na área portuária – a ser usada no transporte dos combustíveis sustentáveis, de acordo com Armando Monteiro Bisneto.

O CEO da GoVerde, Ricardo Junqueira, afirmou que “trata-se de um projeto industrial transformador para Pernambuco e para o Brasil. O e-metanol é uma das soluções mais concretas para descarbonização imediata do transporte marítimo global. Estamos construindo uma cadeia completa, segura e sustentável para fornecimento do combustível verde. A planta em Suape representa um novo capítulo na inserção do país na rota global da descarbonização marítima e industrial”.



A governadora Raquel Lyra assina o contrato de arrendamento da área em que a GoVerde vai implantar uma fábrica de e-metanol em Suape. Foto:Yacy Ribeiro/Secom

Oferta da GoVerde para o arrendamento

A GoVerde fez uma oferta de R\$ 14,7 milhões para arrendar a área com um pagamento mensal de R\$ 122 mil por um período mínimo de 120 meses. O contrato de arrendamento pode ser prorrogado, no máximo, em até 300 meses.

Com sede em São Paulo, a companhia tem uma das maiores plataformas de Geração Distribuída no Brasil, com mais de 200 pequenas usinas em desenvolvimento, operação e construção em 14 Estados, levando energia a mais de 10 mil clientes, segundo o site da empresa. A empresa tem

geradoras de energia solar em algumas cidades do interior de Pernambuco, como Petrolina, Surubim, entre outras.

A companhia já investiu mais de R\$ 800 milhões no Brasil e começou a atuar em 2015. Para o e-metanol ser reconhecido como verde, a sua fabricação precisa ser feita a partir do hidrogênio verde, do CO2 verde, utilizando também energia limpa.

A primeira planta de e-metanol a se instalar em Suape, a da European Energy vai produzir o e-metanol a partir do hidrogênio verde, utilizando o CO2 verde, que será fornecido por empresas do setor sucroenergético de Pernambuco e Estados vizinhos, como o Grupo EQM.

Algumas empresas que fazem o transporte marítimo já começaram a usar o e-metanol para descarbonizar as suas atividades, como, por exemplo, a Maerks.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/06/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

GRUPO DE TRABALHO AVANÇA NA ELABORAÇÃO DE PRÁTICA RECOMENDADA PARA DESCARBONIZAÇÃO DOS PORTOS

Documento definirá parâmetros técnicos para o Inventário de Emissões de GEE

Brasília, 09/06/2025 - Com o intuito de avançar nas discussões sobre a descarbonização do setor aquaviário, foram iniciadas as reuniões do grupo de trabalho para a construção da futura Norma de Prática Recomendada para Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

O grupo de trabalho é composto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Ministério de Portos e Aeroportos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos e especialistas do setor e faz parte das ações propostas por Memorando de Entendimento firmado no início de 2025.

Prática recomendada é um tipo de norma técnica oferece orientações, diretrizes e modelos de avaliação para as organizações, sem ter a mesma exigência de cumprimento de uma norma ou de um sistema de gestão.

Com isso, a norma será uma referência nacional para portos, terminais, operadores e demais stakeholders comprometidos com a transição energética e o alcance das metas climáticas globais.

Além disso, o documento vai promover o nivelamento de conhecimento entre os atores do setor a respeito da elaboração de inventários de Gases de Efeito Estufa quanto aos escopos 1,2 e 3.

Vai definir termos, definições e padrões técnicos voltados à descarbonização de portos, terminais e demais instalações portuárias; e estimular a adoção de práticas sustentáveis e integradas que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas no setor.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 10/06/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS LEVA CARAVANA DA INOVAÇÃO PARA A 6ª EDIÇÃO DO INOVAPORTOS, NO MARANHÃO

Evento vai reunir gestores, especialistas e sociedade civil para dialogar sobre o ecossistema de inovação



3ª edição da Caravana da Inovação ocorrerá entre os dias 17 e 18, no Porto de Itaqui, em São Luís, Maranhão - Foto: Governo do Maranhão

A Caravana da Inovação, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos e Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), estará presente, entre os dias 17 e 18 de junho, na 6ª edição do InovaPortos, evento de inovação portuária promovido pelo Porto do Itaqui, em São Luís, Maranhão. O evento reunirá gestores, especialistas e autoridades para debater a transformação digital e a inteligência artificial (IA) no setor.

Durante a programação do fórum, a Caravana da Inovação vai continuar a promover o diálogo entre o setor público, a comunidade técnica e o ecossistema de inovação. A ação contará também com a participação de representantes da Antaq e do Hub Brasil Export. Essa é a terceira edição do evento.

A secretária executiva do Ministério dos Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, destacou a importância do diálogo contínuo entre governo e o setor produtivo para disseminação da inovação e de boas práticas nos portos. “As caravanas de inovação têm sido uma iniciativa importante para modernizar a área. Elas são responsáveis por aproximar o setor portuário das novas tecnologias e da transformação digital”, destacou.

Para o diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike, as caravanas têm grande importância porque conectam pessoas e inspiram gestores a desenvolver a cultura da inovação no setor. “Os portos brasileiros são essenciais para a economia do País. Eles são responsáveis por 95% da movimentação do comércio exterior do país. Nós precisamos estar atentos às mudanças para entender porque é tão importante inovar neste setor.”

A Caravana da Inovação já passou pelos portos de Pernambuco e da Bahia e vai continuar por diversos estados brasileiros. A iniciativa visa fomentar a inovação nos portos públicos por meio de capacitação e troca de experiências entre gestores, empresas, especialistas e órgãos públicos.

InovaPortos

No fórum promovido pelo Porto de Itaqui, serão debatidos temas como Porto 4.0, Smart Ports e gestão portuária movida a dados. Como parte da programação do InovaPortos 2025, haverá o lançamento do edital para startups e o Prêmio Porto do Itaqui, que vai contemplar pesquisadores, estudantes, profissionais da comunicação e empresas. Cada uma das categorias destaca projetos, estudos, reportagens ou iniciativas que apresentem impacto positivo, criatividade e aplicabilidade no contexto portuário.

“A transformação digital já é uma realidade nos portos brasileiros. Por isso, é fundamental que estejamos abertos ao diálogo sobre esse processo. No Porto do Itaqui, temos implementado soluções digitais em diversas áreas, otimizando operações e fortalecendo nossa eficiência. O InovaPortos é uma vitrine dessas iniciativas e uma oportunidade para conhecer o que está sendo desenvolvido nos principais portos do país”, destacou Isa Mary Mendonça, presidente em exercício do Porto do Itaqui.

Em 2024, o Porto do Itaqui conquistou o 4º lugar no Prêmio Agilidade Brasil, sendo o porto público brasileiro com o maior número de iniciativas de transformação digital. “De 2022 até agora, já foram entregues 33 soluções inovadoras para as mais diferentes áreas do Itaqui por meio do nosso Programa de Residência em Inovação Portuária, iniciativa pioneira no país. Nosso porto é destaque

em agilidade e segue acompanhando o que há de mais novo no mundo tecnológico”, explicou o diretor de operações do Porto do Itaquí, Carlos Roberto Frisoli.

Confira a programação oficial do InovaPortos.

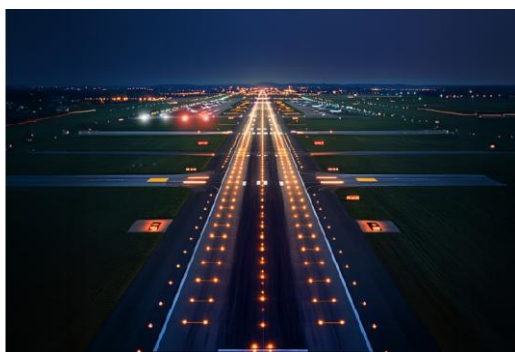
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/06/2025

GOVERNO FEDERAL INVESTE R\$ 13,6 MILHÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA EM AEROPORTOS REGIONAIS

Ao todo, 13 aeroportos receberão novos PAPIs em 2025; equipamento é essencial para a realização de pousos seguros

O Governo Federal vai investir cerca de R\$ 13,6 milhões na aquisição de Indicadores de Precisão da Trajetória de Aproximação (PAPIs) para 13 aeroportos regionais, a maioria a serem entregues ainda em 2025. Outros quatro terminais devem ser autorizados ainda este ano. Os investimentos no equipamento de segurança integram uma estratégia mais ampla do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para modernizar a aviação regional e interligar cidades do interior a grandes e médios municípios. O custo médio de cada equipamento é de R\$ 1,2 milhão.



O PAPI é um equipamento que informa ao piloto se a aeronave está na altura correta para o pouso - Foto: Ministério de Portos e Aeroportos

“Nós estamos investindo cada vez mais no fortalecimento da aviação regional e na melhoria da estrutura dos aeroportos, de forma a atender as necessidades da população e de desenvolvimento econômico do país. A segurança é um dos pontos mais fundamentais. O Brasil já é reconhecido internacionalmente pela segurança de sua aviação e nós queremos continuar trazendo confiança para

os passageiros”, ressalta o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O PAPI é um equipamento de funcionamento simples, mas que faz toda a diferença no momento do pouso de uma aeronave. Instalado ao lado da cabeceira da pista, o ele conta com quatro luzes alinhadas de forma horizontal. São elas que indicam ao piloto se a aeronave está na altura correta para uma aterrissagem tranquila.

A orientação ocorre por meio de um jogo de luzes. Se o avião estiver em altitude muito elevada para pousar, o piloto verá todas as quatro luzes na cor branca. Se estiver relativamente alto, verá uma vermelha e três brancas. Se estiver alinhado, verá duas brancas e duas vermelhas e, se estiver muito baixo, verá todas as luzes vermelhas. Assim, o piloto consegue se antecipar, ajustar a altitude e evitar incidentes. Os PAPIs são ainda mais importantes em condições de pouca visibilidade, como chuva, névoa, neblina, ou mesmo à noite.

“Uma aviação segura é o objetivo do nosso trabalho diário e a instalação de instrumentos que auxiliem pousos como os PAPIs têm papel importante para que o Brasil continue como exemplo mundial em segurança aeroportuária”, defende a diretora de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil do MPor, Luiza Deusdará.

Conectando cidades

O MPor autorizou a contratação de PAPIs para os Aeroportos de Araguaína, em Tocantins (TO), Jaguaruna, em Santa Catarina (SC), Toledo, no Paraná (PR), Paracatu, em Minas Gerais (MG) e Teixeira de Freitas, na Bahia (BA). Os cinco equipamentos somam R\$ 4,6 milhões em investimentos.

Há mais quatro, em Carauari e Parintins, no Amazonas (AM), Varginha (MG) e Araripina, em Pernambuco (PE), com previsão de autorização ainda em 2025.

Os aeródromos de Araguaína e Parintins, localizados na Amazônia Legal, e de Araripina, no sertão pernambucano, fazem parte da lista de 19 aeródromos a serem concedidos pelo Programa AmpliAR, do MPor, a ser lançado ainda em junho.

O AmpliAR vai levar aos aeroportos regionais a expertise de concessionárias, tirando de estados e municípios a responsabilidade por custos operacionais, e garantir investimentos para viabilizar operações aeroportuárias mais robustas. Essa primeira etapa do programa prioriza os aeroportos na Amazônia Legal e na região Nordeste.

Investimentos da Infraero

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), vinculada ao MPor, vai instalar oito PAPIs em 2025, ao custo total de R\$ 9,1 milhões.

Três dos aeródromos que receberão os equipamentos ficam na região Sul do país. Os Aeroportos de Torres e de Canela, no Rio Grande do Sul (RS), estão sob a gestão da Infraero desde setembro do ano passado. O objetivo, na época, era minimizar o impacto do fechamento temporário do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), que necessitou ser reformado em função da enchente que devastou o estado, e reabriu em outubro.

No Aeroporto de Paranavaí, no noroeste do Paraná (PR), o investimento com o equipamento soma-se a R\$ 30 milhões voltados às obras de construção de novo terminal de passageiros, com capacidade de receber até 200 mil visitantes por ano, expandindo o desenvolvimento econômico e turístico local.

Na região Sudeste, os investimentos em PAPI se concentram nos aeroportos de Itaperuna, no Rio de Janeiro (RJ), e em Ipatinga, Governador Valadares e Divinópolis, em Minas Gerais.

Em Itaperuna, a Infraero e o MPor investem R\$ 20 milhões para melhorias no pátio de aeronaves, reforço e recuperação de pista de taxiamento e parte da pista de pouso, construção de novo terminal de passageiros, estacionamento de veículos e via de acesso, de central de resíduos sólidos e de subestação de energia.

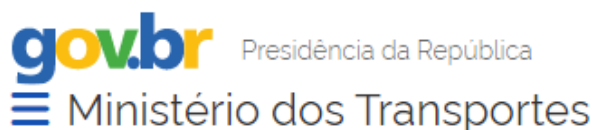
Divinópolis e Governador Valadares somam R\$ 2,5 milhões em PAPIs, além de obras de modernização por R\$ 20 milhões e R\$ 75 milhões, respectivamente.

O Aeroporto de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN), também receberá quase R\$ 70 milhões em intervenções para expansão e modernização de sua infraestrutura.



Mapa com a sinalização de onde serão instalados os PAPIs

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 10/06/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

GOVERNO FEDERAL RESCINDE CONTRATO DE CONCESSÃO DA RODOVIA DO AÇO POR INEFICIÊNCIA

Com atuação coordenada do Ministério dos Transportes, ANTT executa medida de caducidade da concessão e DNIT assume a BR-393/RJ. Pedágio é suspenso

Com foco na segurança viária, na continuidade dos serviços e no interesse público, o Governo Federal encerrou a concessão da Rodovia do Aço, no Rio de Janeiro. A medida foi formalizada com a publicação do Decreto nº 12.479, de 2 de junho de 2025, e passa a valer a partir desta terça-feira (10). A partir de agora, os 182,5 quilômetros da BR-393/RJ serão administrados diretamente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), sem cobrança de tarifa de pedágio.



Com o fim da concessão, agentes do DNIT e da PRF supervisionam a movimentação na BR-393/RJ, conhecida como Rodovia do Aço - Foto: Luiz Siqueira/MT

A decisão é resultado de um processo de caducidade conduzido com responsabilidade institucional pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A medida foi tomada após minuciosa análise técnica e jurídica, que comprovou reiterados descumprimentos contratuais por parte da concessionária. O diagnóstico identificou

falhas estruturais, atrasos em obras e deficiência na manutenção da via. A ANTT atuou com base na Resolução nº 5.935/2021, garantindo ampla defesa e o contraditório.

Para o ministro dos Transportes, Renan Filho, a ação reflete o compromisso do Executivo com a fiscalização rigorosa dos acordos de concessão e com a manutenção da qualidade dos serviços prestados à população. “Concessionária que não cumpre contrato não fica em rodovia federal. Essa é a orientação do presidente Lula e a nossa prática: empresa que cobra pedágio sem entregar melhorias para o povo brasileiro está fora”, reforçou o ministro.

Renan Filho também destacou que o Governo Federal conta hoje uma nova política para as concessões rodoviárias, com mecanismos como o modelo de otimização, criado para reequilibrar contratos que enfrentam dificuldades. “Quem não quer nem cumprir o contrato nem aderir à otimização, só quer continuar explorando a rodovia sem investir na população, não vai permanecer”, completou.

Continuidade

A determinação não só interrompe a administração da empresa, mas também sinaliza a continuidade do processo de reestruturação da estrada, que será assumida pelo DNIT até que um novo leilão seja realizado.

A postura da União busca sinalizar que o setor privado deve se atentar à execução integral das condições contratuais, sob pena de sanções judiciais. O diagnóstico realizado pela ANTT apontou quatro falhas estruturais, atrasos nas obras e deficiência na manutenção da via. “Nossa fiscalização acompanha de perto os 30 contratos de concessão rodoviária sob nossa competência. A ANTT está

atenta aos níveis de serviço entregues à população e no desempenho de cada uma das concessionárias. Essa ação é um exemplo desse olhar atento que temos e do resguardo do interesse público”, completou o diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio.

Também serão feitas avaliações nas pontes sobre o Rio Paraíba do Sul para garantir a qualidade da construção e verificar se há restrições ao tráfego de caminhões e de cargas pesadas.

Trecho estratégico

A Rodovia do Aço é um eixo logístico importante para o interior do Rio de Janeiro, especialmente para Volta Redonda e Três Rios, já que conecta os complexos industriais da região e facilita o escoamento da produção. A estrada também é responsável pela ligação entre o estado e Minas Gerais, indo até o entroncamento com a BR-116 (Dutra).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/06/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INTENSIFICA AÇÕES PARA ESTRUTURAR PROJETOS E APRIMORAR CONCESSÕES FERROVIÁRIAS

Reunião promovida pela P3C, ANTF e ANTT marca início de agenda estratégica para ampliar investimentos



Evento reuniu representantes do setor público e privado para debater formas de ampliar a eficiência do transporte ferroviário e atrair novos investimentos ao setor. - Foto: Michel Corvello/MT

O Ministério dos Transportes apresentou, durante a 1ª Reunião Setorial de Ferrovias realizada nesta segunda-feira (9), ações focadas na estruturação de projetos ferroviários e no fortalecimento da regulação do setor. Representando a pasta, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, destacou a importância da cooperação entre órgãos públicos e

iniciativa privada para garantir eficiência e segurança jurídica nas futuras concessões.

“Nosso objetivo é construir um ambiente institucional sólido, com projetos bem estruturados e uma regulação moderna, capaz de oferecer segurança para quem investe e resultados para a população”, afirmou. Ele ressaltou, ainda, que o ministério já avança na elaboração de um programa para atrair investimentos privados, baseado em critérios técnicos rigorosos e planejamento de longo prazo.

Entre os temas abordados, estiveram a criação de um banco de projetos ferroviários em diferentes estágios de maturação, a modernização dos contratos existentes e o aprimoramento do ambiente regulatório, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A iniciativa visa aumentar a previsibilidade para os investidores e fomentar novos aportes no setor.

Também foram discutidos os desafios da operação ferroviária, a necessidade de modernização da infraestrutura e ajustes nos modelos contratuais vigentes.

P3C Nacional

Promovida pela Plataforma P3C, em parceria com a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Reunião Estratégica Setorial Ferrovias: Regulação de Concessões Ferroviárias – Desafios e Oportunidades reuniu autoridades, especialistas e representantes do setor ferroviário para debater os principais desafios e oportunidades da regulação e dos marcos contratuais do segmento.

Durante todo o dia, painéis promoveram o diálogo entre reguladores, concessionárias, modeladores e representantes do poder público. As propostas discutidas no evento irão integrar a programação do P3C Nacional, o maior encontro sobre parcerias público-privadas (PPPs) e concessões do país,

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/06/2025



PORTAL PORTO GENTE

ACIDENTE MARÍTIMO NO ALASCA (EUA) EVIDENCIA A IMPORTÂNCIA DOS SEGUROS E MITIGAÇÃO DE RISCOS

Redação Portogente



Levantamento da Allianz Commercial também traz um panorama dos desafios do setor, com destaque às questões geopolíticas

São Paulo, junho de 2025 – Na última terça-feira (3 de junho), um navio cargueiro que carregava aproximadamente três mil veículos pelo Oceano Pacífico, próximo ao Alasca, precisou ser abandonado devido a um incêndio na embarcação.

Esse tipo de acidente foi um dos destaques no relatório Safety and Shipping Review 2025, da Allianz Commercial.

De acordo com o levantamento, os incêndios continuam sendo um grande problema para seguradoras de casco e carga. Foram sete perdas totais registradas em 2024 (mesmo número do ano anterior). No total, o número desse tipo de incidentes em 2024 subiu para 250 – o maior da década – envolvendo todos os tipos de embarcações.

Além disso o levantamento também analisa outros desafios que o setor de transporte marítimo tem enfrentado, com destaque às questões geopolíticas.

"Considerando que 90% do comércio internacional é transportado por via marítima, esses desdobramentos são preocupantes, especialmente à medida que o setor continua a enxergar o potencial para grandes sinistros decorrentes de riscos tradicionais, como incêndios, colisões e encalhes, que ainda são os principais responsáveis por perdas totais de grandes embarcações", explica Diego Reppetti, Regional Head of Marine da Allianz Commercial na América Latina.

O relatório completo pode ser acessado aqui.

Sobre a Allianz Commercial: A Allianz Commercial é o centro de especialização e linha global do Grupo Allianz para o seguro de empresas de médio porte, grandes empresas e riscos especializados. Entre nossos clientes estão as maiores marcas de consumo do mundo, instituições financeiras e participantes do setor, o setor global de aviação e navegação, bem como empresas familiares e médias que são a espinha dorsal da economia. Também cobrimos riscos únicos, como parques eólicos offshore, projetos de infraestrutura ou produções cinematográficas. Impulsionados pelos funcionários, solidez financeira e rede da marca de seguros #1 do mundo, classificada pela Interbrand, trabalhamos juntos para ajudar nossos clientes a se prepararem para o que está por vir: Eles confiam em nós para fornecer uma ampla gama de soluções tradicionais e alternativas de transferência de risco, excelente consultoria de risco e serviços multinacionais, bem como sinistros contínuos manipulação. O nome comercial Allianz Commercial reúne o grande negócio de seguros corporativos da Allianz Global Corporate & Specialty (AGCS) e o negócio de seguros comerciais das entidades nacionais Allianz Property & Casualty que atendem empresas de médio porte. Estamos presentes em mais de 200 países e territórios, seja por meio de nossas próprias equipes ou da rede

e parceiros do Grupo Allianz. Em 2023, o negócio integrado da Allianz Commercial gerou mais de € 18 bilhões em prêmios brutos globalmente.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/06/2025

VLI PUBLICA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2024 E ESTABELECE NOVOS COMPROMISSOS ESG

Redação Portogente

Novos compromissos preveem a redução de resíduos de rotina e o alcance de 150 mil pessoas com projetos em comunidades onde a companhia atua.



Locomotiva vli5Foto: Revista Fator Brasil

A VLI – companhia de soluções logísticas que opera ferrovias, portos e terminais – anuncia a criação dois novos compromissos públicos para sua agenda ESG, reforçando seu engajamento com a sustentabilidade e o desenvolvimento do país. A partir dos novos compromissos, que se somam a esforços já em curso, a VLI passa a buscar o aumento do impacto social nas comunidades onde a companhia está inserida. Os novos compromissos são um dos destaques do Relatório de Sustentabilidade 2024 da VLI, que acaba de ser publicado

e pode ser acessado na íntegra pelo link: [Relatório de Sustentabilidade VLI 2024 - VLI](#). O documento mostra, ainda, a evolução das metas ESG assumidas pela companhia em 2021, quando lançou sua agenda de impacto 2030.

"A VLI trabalha com intencionalidade e de forma estruturada para ser referência em sustentabilidade no seu segmento. A maturidade dos compromissos públicos assumidos em 2021 nos permite adicionar novos passos nessa jornada de transformação, o que também indica nosso desejo de seguir em constante evolução, com base nos aprendizados adquiridos ao longo dos anos. A VLI tem como propósito transformar a logística do Brasil e acreditamos que a geração de legado para a sociedade e o meio ambiente seja parte integrante desse processo", afirma a diretora-executiva de Gente, Serviços e Sustentabilidade da VLI, Rute Melo Araújo.

Os novos compromissos públicos

Como novo compromisso público, a VLI assume a meta de ampliar suas iniciativas sociais, beneficiando 150 mil pessoas em pelo menos 35 municípios de atuação. Desta forma, a companhia fortalece seu relacionamento com as comunidades, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento social e econômico das regiões onde opera.

A VLI também estabeleceu um novo compromisso relacionado à gestão de resíduos, visando reduzir em 15% a taxa de geração de resíduos de rotina.

Por fim, foi atualizado o compromisso relacionado à cadeia de valor, em que a VLI se compromete a avaliar fornecedores em aspectos ESG e de integridade corporativa, para promover uma cadeia ainda mais sustentável e ética.

Compromissos anteriores

Em 2021, como parte de sua agenda ESG, a VLI assumiu compromissos públicos que continuam vigentes: a redução de 15% de emissão de gases do efeito estufa por tonelada transportada até 2030 e o alcance de 30% de mulheres em cargos de liderança até 2025.

Na ocasião, a VLI também estabeleceu o compromisso de alcançar e manter o índice de 60% de contratação de fornecedores locais e a reduzir em 20% o consumo de água nova nas operações.

Nesses casos, as metas já foram cumpridas antecipadamente e a companhia segue trabalhando na intensificação desses pilares.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/06/2025

CONAB DIVULGA BÔNUS DO PGPAF PARA JUNHO COM INCLUSÃO DE NOVOS PRODUTOS E ALTERAÇÕES NOS ESTADOS BENEFICIADOS

Redação Portogente

Produtos da agricultura familiar com preços abaixo da garantia recebem desconto em parcelas de financiamento do Pronaf



A lista dos produtos contemplados com bônus de desconto do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), referente ao mês de junho, foi publicada nesta segunda-feira (9). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calcula o bônus com base no preço recebido pelo produtor, com isso, esse mês, a laranja em Sergipe e a cana-de-açúcar na Bahia passaram a bonificar.

Produtos que já haviam sido contemplados no mês passado tiveram os estados de abrangência ampliados, como o mel na Paraíba, o trigo em São Paulo, a banana em Goiás e a batata em Santa Catarina. Por outro lado, deixaram de receber bonificação a castanha-de-caju (Bahia e Ceará), a cebola (Paraná e Santa Catarina), a juta/malva (Amazonas) e a manga (Bahia).

Entre os percentuais mais expressivos de desconto aplicados neste mês, destaca-se a raiz de mandioca no Rio de Janeiro, com bônus de 61,69%, e a castanha-de-caju no Piauí, que registrou 54,26%. O feijão caupi, presente em quatro estados, chegou a apresentar 38,05% de bônus no Maranhão. Já o mel de abelha segue com variação significativa entre as unidades da Federação, com o maior desconto registrado no Rio Grande do Sul (42,80%).

Mensalmente, a Conab levanta os preços médios de mercado e os custos de produção dos produtos com comercialização relevante. Com base nesses dados, a SPA/MAPA publica uma portaria com os percentuais de desconto e as unidades da Federação contempladas. O bônus é aplicado nas parcelas de financiamento do Pronaf, desde que o preço recebido pelo produtor fique abaixo do valor de garantia.

A portaria com os percentuais de bônus e os preços de garantia foi divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), responsável por repassar as informações aos agentes financeiros. Nesta edição, o benefício passa a valer a partir de 10 de junho, com vigência até 9 de julho. A lista completa pode ser consultada na Portaria Nº 334, de 6 de junho de 2025, que apresenta os produtos contemplados, os estados com direito ao bônus e os respectivos percentuais.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 10/06/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NOVO PROJETO PORTUÁRIO PARA O ESPÍRITO SANTO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



A intenção da Vports, concessionária responsável pelos portos do Espírito Santo, de desenvolver um novo empreendimento portuário em Aracruz (ES), sinaliza uma visão estratégica para a expansão e diversificação da infraestrutura logística capixaba. O recente protocolo de pedido de licença prévia junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema-ES), para implantar o projeto, representa um passo concreto para transformar o distrito de Barra do Riacho, em Aracruz, em um polo portuário multipropósito.

A recente apresentação do projeto ressalta o planejamento e a ambição da Vports em capitalizar o potencial de desenvolvimento da região. A ideia de abrigar terminais para movimentação de grãos, gás, energia e, inclusive, para o descomissionamento de plataformas de petróleo em Barra do Riacho, demonstra uma compreensão da demanda diversificada do mercado e da vocação da área. A descrição dessa região como um “grande polo de desenvolvimento para o Estado” e a preparação de uma área em greenfield para receber investimentos de diversos setores reforçam essa perspectiva.

A Vports, em sua atuação, tem demonstrado um compromisso com a produtividade, a eficiência e a captação de parceiros. A comparação entre o número de novos contratos assinados em Vitória e Vila Velha sob gestão privada e a média anterior sublinha o dinamismo que a concessionária tem imprimido à gestão portuária. A intenção de replicar esse sucesso em Barra do Riacho é um indicativo positivo para o futuro do projeto.

A expectativa de que a primeira licença para Barra do Riacho seja concedida até meados do próximo ano, enquanto a Autoridade Portuária segue na captação de parceiros, sugere um planejamento contínuo e proativo. Esse período de maturação é crucial para que o projeto seja robusto e alinhado às necessidades do mercado e aos requisitos ambientais.

A iniciativa da Vports de ampliar o complexo portuário capixaba é de suma importância para o desenvolvimento econômico do Espírito Santo e, consequentemente, para o País. A criação de um porto multipropósito em Barra do Riacho pode não apenas atrair novos investimentos e gerar empregos, mas também fortalecer a posição do estado como um hub logístico estratégico. A diversificação de terminais e serviços agregará valor à cadeia de suprimentos e aumentará a competitividade da região no cenário nacional e internacional. Esse tipo de investimento em infraestrutura é vital para o crescimento sustentável e a modernização do setor portuário brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - RENAN FILHO VOLTA A DEFENDER FEDERAÇÃO ENTRE MDB E REPUBLICANOS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PARCERIA JÁ

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), voltou a defender a federação entre o MDB e o Republicanos, partido de seu colega de governo, o ministro Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), e do governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas. E deseja que essa parceria ocorra o quanto antes. Nessa segunda-feira, em entrevista coletiva, disse que tal medida poderá garantir que o MDB integre um bloco de 100 deputados. “Não faz sentido o partido encolher enquanto outras siglas crescem”, afirmou.

PARA O SENADO

Uma eventual candidatura do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), a uma vaga no Senado por Pernambuco, nas eleições do próximo ano, vem ganhando força no Palácio do Planalto. Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe, seria uma ação estratégica para garantir ao petista uma base mais forte no Senado em um novo mandato. Costa Filho é considerado um político de confiança do petista e tem sua gestão à frente da pasta e a capacidade de articulação frequentemente elogiadas.

A OUTRA VAGA

Nos planos de Lula, a outra vaga de senador por Pernambuco – no próximo ano, serão eleitos dois por estado – caberia ao ex-ministro Humberto Costas (PT), uma das principais lideranças do partido no Nordeste.

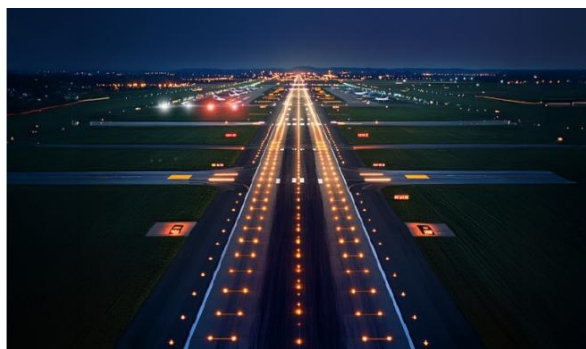
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA R\$ 13,6 MILHÕES PARA SEGURANÇA EM AEROPORTOS REGIONAIS

Sistema de luzes auxilia pousos e será instalado em 13 terminais até 2025; Infraero ficará responsável por oito deles

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Composto por quatro luzes alinhadas horizontalmente, o PAPI fica ao lado da cabeceira da pista e dá aos pilotos informações visuais sobre a altura correta para aproximação e pouso

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) vai investir cerca de R\$ 13,6 milhões na aquisição de sistemas de Indicadores de Precisão da Trajetória de Aproximação (PAPIs) para 13 aeroportos regionais. A maioria das instalações está prevista para ocorrer ainda em 2025. Outros quatro terminais devem ser autorizados ainda

neste ano. O custo médio de cada equipamento é de R\$ 1,2 milhão.

NÓS ESTAMOS INVESTINDO CADA VEZ MAIS NO FORTALECIMENTO DA AVIAÇÃO REGIONAL E NA MELHORIA DA ESTRUTURA DOS AEROPORTOS, DE FORMA A ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS. A SEGURANÇA É UM DOS PONTOS MAIS FUNDAMENTAIS”

SILVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos

“Nós estamos investindo cada vez mais no fortalecimento da aviação regional e na melhoria da estrutura dos aeroportos, de forma a atender as necessidades da população e de desenvolvimento econômico do país. A segurança é um dos pontos mais fundamentais. O Brasil já é reconhecido internacionalmente pela segurança de sua aviação e nós queremos continuar trazendo confiança para os passageiros”, ressalta o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O PAPI é um equipamento de funcionamento simples, mas que faz toda a diferença no momento do pouso de uma aeronave. Instalado ao lado da cabeceira da pista, o ele conta com quatro luzes alinhadas de forma horizontal. São elas que indicam ao piloto se a aeronave está na altura correta para uma aterrissagem tranquila.

A orientação ocorre por meio de um jogo de luzes. Se o avião estiver em altitude muito elevada para pousar, o piloto verá todas as quatro luzes na cor branca. Se estiver relativamente alto, verá uma vermelha e três brancas. Se estiver alinhado, verá duas brancas e duas vermelhas e, se estiver muito baixo, verá todas as luzes vermelhas. Assim, o piloto consegue se antecipar, ajustar a altitude e evitar incidentes. Os PAPIs são ainda mais importantes em condições de pouca visibilidade, como chuva, névoa, neblina, ou mesmo à noite.

“Uma aviação segura é o objetivo do nosso trabalho diário e a instalação de instrumentos que auxiliem pousos como os PAPIs têm papel importante para que o Brasil continue como exemplo mundial em segurança aeroportuária”, defende a diretora de Investimentos da Secretaria Nacional de Aviação Civil do MPor, Luiza Deusdará.



Conectando cidades

O MPor autorizou a contratação de PAPIs para os Aeroportos de Araguaína, em Tocantins (TO), Jaguaruna, em Santa Catarina (SC), Toledo, no Paraná (PR), Paracatu, em Minas Gerais (MG) e Teixeira de Freitas, na Bahia (BA). Os cinco equipamentos somam R\$ 4,6 milhões em investimentos.

Há mais quatro, em Carauari e Parintins, no Amazonas (AM), Varginha (MG) e Araripina, em Pernambuco (PE), com previsão de autorização ainda em 2025.

Os aeródromos de Araguaína e Parintins, localizados na Amazônia Legal, e de Araripina, no sertão pernambucano, fazem parte da lista de 19 aeródromos a serem concedidos pelo Programa AmpliAR, do MPor, a ser lançado ainda em junho.

O AmpliAR vai levar aos aeroportos regionais a expertise de concessionárias, tirando de estados e municípios a responsabilidade por custos operacionais, e garantir investimentos para viabilizar operações aeroportuárias mais robustas. Essa primeira etapa do programa prioriza os aeroportos na Amazônia Legal e na região Nordeste.

Investimentos da Infraero

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), vinculada ao MPor, vai instalar oito PAPIs em 2025, ao custo total de R\$ 9,1 milhões.

Três dos aeródromos que receberão os equipamentos ficam na região Sul do país. Os Aeroportos de Torres e de Canela, no Rio Grande do Sul (RS), estão sob a gestão da Infraero desde setembro do ano passado. O objetivo, na época, era minimizar o impacto do fechamento temporário do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre (RS), que necessitou ser reformado em função da enchente que devastou o estado, e reabriu em outubro.

No Aeroporto de Paranavaí, no noroeste do Paraná (PR), o investimento com o equipamento soma-se a R\$ 30 milhões voltados às obras de construção de novo terminal de passageiros, com capacidade de receber até 200 mil visitantes por ano, expandindo o desenvolvimento econômico e turístico local.

Na região Sudeste, os investimentos em PAPI se concentram nos aeroportos de Itaperuna, no Rio de Janeiro (RJ), e em Ipatinga, Governador Valadares e Divinópolis, em Minas Gerais.

Em Itaperuna, a Infraero e o MPor investem R\$ 20 milhões para melhorias no pátio de aeronaves, reforço e recuperação de pista de taxiamento e parte da pista de pouso, construção de novo terminal de passageiros, estacionamento de veículos e via de acesso, de central de resíduos sólidos e de subestação de energia.

Divinópolis e Governador Valadares somam R\$ 2,5 milhões em PAPIs, além de obras de modernização por R\$ 20 milhões e R\$ 75 milhões, respectivamente.

O Aeroporto de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN), também receberá quase R\$ 70 milhões em intervenções para expansão e modernização de sua infraestrutura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

NACIONAL - ANTT E MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATEM FUTURO DA REGULAÇÃO FERROVIÁRIA

Reunião setorial abordou contratos mais modernos, segurança jurídica e estratégias para ampliar os investimentos em ferrovias

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O evento reuniu representantes do governo, da iniciativa privada e de entidades para debater o ambiente regulatório das ferrovias e apontar caminhos para novos investimentos. Foto: Michel Corvello/MT

Construir uma regulação mais moderna, segura e responsiva foi o eixo central da 1ª Reunião Estratégica Setorial – Regulação de Concessões Ferroviárias: Desafios e Oportunidades, realizada na segunda-feira (9), em Brasília (DF). O evento reuniu representantes do governo federal, da iniciativa privada e de entidades do setor para debater melhorias no ambiente regulatório das ferrovias e apontar caminhos para novos investimentos.

Promovido pela Plataforma P3C, com apoio da ANTT e da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), o encontro discutiu desde a reformulação de contratos existentes até a incorporação de mecanismos como matriz de riscos, reequilíbrio econômico-financeiro e revisão tarifária, já utilizados em outros modais.

Representando o Ministério dos Transportes, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, destacou a importância da articulação entre os setores público e privado para garantir eficiência e previsibilidade nos projetos. “Nosso objetivo é construir um ambiente institucional sólido, com projetos bem estruturados e uma regulação moderna, capaz de oferecer segurança para quem investe e resultados para a população”, afirmou.

O secretário-executivo da pasta, George Santoro, reforçou que o ministério trabalha na criação de uma política pública integrada, que alinhe planejamento, financiamento e regulação para o setor.

Durante a abertura do evento, o diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, afirmou que a agência está comprometida com entregas concretas e políticas públicas consistentes. “A ferrovia precisa deixar de ser apenas uma promessa e se materializar em infraestrutura robusta, políticas públicas consistentes, participação feminina e foco no cidadão”, disse.

Sampaio também enfatizou avanços recentes, como a renovação antecipada de concessões e a retomada de obras como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a Transnordestina, além da criação da Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários e da primeira política pública específica para o setor. “Vamos replicar no modo ferroviário tudo aquilo que a vanguarda já consolidou e trouxe do setor rodoviário. Matriz de riscos, reequilíbrios, rediscutir tarifas e outras questões que serão implementadas em breve”, afirmou.

A necessidade de alocar melhor os riscos nos contratos e garantir mecanismos que assegurem previsibilidade e adaptação ao longo do tempo foi defendida pelo diretor da ANTT Lucas Asfor, que participou do painel “Revolução regulatória no setor ferroviário: chegou o momento de um RCF?”.

Outro ponto destacado foi o protagonismo feminino na área técnica da ANTT, com a presença de mulheres em posições de liderança na Gerência de Projetos Ferroviários. “A presença feminina já é uma realidade e precisa ser consolidada com políticas concretas de valorização e promoção da equidade”, disse Sampaio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2025

NACIONAL - AEROPORTOS - SAÍDA DA GOL DA CHAPTER 11 DEMONSTRA CAPACIDADE DO SETOR, DIZ SECRETÁRIO

Ministério dos Portos e Aeroportos destaca capacidade de recuperação da Aviação e empresa retoma acesso aos recursos do FNAC

Por **GABRIELA LOUSADA** gabriela.lousada@redebeneews.com.br



A Gol Linhas Aéreas havia ingressado com o pedido de proteção judicial nos EUA em janeiro de 2024, com o objetivo de reorganizar dívidas sem interromper as operações

O Ministério de Portos e Aeroportos comemorou a conclusão do processo de recuperação judicial da Gol Linhas Aéreas nos Estados Unidos, conhecido como Chapter 11. A pasta afirmou que a saída da empresa do processo evidencia a robustez e a capacidade de recuperação do setor aéreo brasileiro. “O Ministério sempre acreditou nessa capacidade e tem atuado com apoio institucional ao setor aéreo”,

destacou a nota oficial.

O secretário de Aviação Civil, Tomé Franca, comentou a conclusão do processo ao Portal BE News. “Temos confiança nas empresas que atuam no setor aéreo e o Ministério de Portos e Aeroportos apoia institucionalmente todas as companhias aéreas brasileiras. A saída da Gol do Chapter 11 é mais uma demonstração de que o setor tem robustez e capacidade de recuperação”.

Com a reestruturação concluída, a Gol volta a se habilitar, por meio de operação indireta, para acessar recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), voltado ao desenvolvimento da aviação comercial no país.

Reestruturação bilionária e novo controle acionário

A Gol havia ingressado com o pedido de proteção judicial em janeiro de 2024, com o objetivo de reorganizar dívidas sem interromper as operações. A decisão final favorável, aprovada pelo Tribunal do Distrito Sul de Nova York, marca o encerramento do processo após 18 meses.

O plano envolveu a conversão de até US\$ 1,7 bilhão em dívidas garantidas e US\$ 850 milhões em outras obrigações em ações da própria empresa. Para viabilizar a saída do Chapter 11, a companhia levantou US\$ 1,9 bilhão, com apoio da maioria dos credores.

Com a capitalização de créditos aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o Grupo Abra, holding que também controla a Avianca, passou a deter, direta ou indiretamente, cerca de 80% das ações ordinárias e preferenciais da Gol, percentual ainda sujeito a variações dependendo do exercício de preferência de outros acionistas.

O CEO do Grupo Abra, Adrian Neuhauser, celebrou o fim do processo na rede social LinkedIn. “Esse processo, sem dúvida, deixa a Gol em uma posição mais sustentável, com uma base sólida de liquidez, custos mais competitivos, uma dívida substancialmente menor e uma estrutura fortalecida para ampliar sua capacidade nos próximos anos”.

Neuhauser também reiterou a confiança do grupo na companhia brasileira: “Fortalecemos nossa participação e nos tornamos acionistas majoritários, reiterando assim nossa confiança na linha aérea mais amada do Brasil”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

INTERNACIONAL - TOCANTINS BUSCA PARCERIAS EM ISRAEL PARA INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Missão oficial prioriza intercâmbio de tecnologias para produção agrícola com uso eficiente de recursos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A comitiva liderada pelo governador de Tocantins, Wanderlei Barbosa, participa de agendas diplomáticas, institucionais e técnicas, com foco em inovação, agricultura e segurança

Com foco no desenvolvimento de soluções inovadoras para a agricultura e na aplicação de tecnologias sustentáveis, o Governo do Tocantins participa de missão oficial em Israel, no contexto da agenda do Consórcio Brasil

Central (BrC). A iniciativa, que ocorre de 7 a 14 de junho, promove intercâmbio técnico com um dos ecossistemas de inovação mais avançados do mundo, com visitas a centros de pesquisa, instituições públicas e projetos nas áreas de agricultura, segurança, saúde e tecnologia, em cidades como Tel Aviv, Jerusalém e outras localidades.

UM DOS DESTAQUES DA MISSÃO SERÁ A VISITA TÉCNICA AO KIBUTZ ZIKIM, ONDE O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO TOCANTINS, JAIME CAFÉ, ACOMPANHARÁ UMA ATIVIDADE DE CAMPO COM O COORDENADOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DE ISRAEL, DANIEL WERNER. A VISITA FOCA NA TROCA DE EXPERIÊNCIAS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR, INOVAÇÃO NO CAMPO E ADAPTAÇÃO PRODUTIVA A CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS

A programação teve início no domingo (8), com recepção oficial às delegações brasileiras pelo presidente de Israel, Isaac Herzog, e pela primeira-dama, Michal Herzog, na residência oficial em Jerusalém. A equipe tocantinense também esteve no Ministério das Relações Exteriores de Israel, onde participou de uma apresentação sobre as relações diplomáticas e comerciais entre Israel e os países da América Latina, incluindo o histórico de cooperação bilateral com o Brasil.

Um dos destaques da missão será a visita técnica ao Kibutz Zikim, onde o secretário de Agricultura e Pecuária do Tocantins, Jaime Café, acompanhará uma atividade de campo com o coordenador de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura de Israel, Daniel Werner. A visita foca na troca de experiências sobre agricultura familiar, inovação no campo e adaptação produtiva a condições climáticas adversas.

“O que mais me impressiona em Israel é como eles conseguem produzir alimentos de qualidade mesmo enfrentando escassez de água, com solos pobres e clima desafiador. Imaginem o que podemos aprender com essa experiência! A ideia é criar uma ponte de conhecimento que beneficie os produtores brasileiros, especialmente aqueles que enfrentam condições mais difíceis”, avaliou o secretário.

Jaime Café também participará do Painel sobre Tecnologias Agrícolas, previsto para quinta-feira, com a apresentação de soluções voltadas à produtividade e à resiliência frente às mudanças climáticas.

Na área de tecnologia, o presidente da Agência de Tecnologia da Informação (ATI), Hiram Gomes, cumpre agenda voltada à cibersegurança e à transformação digital. Estão previstos encontros com a Autoridade Nacional de Segurança Cibernética, a Equipe de Resposta a Emergências Cibernéticas (CERT) e a Diretoria Nacional Cibernética de Israel (INCD). O objetivo é estabelecer conexões para aplicação de modelos israelenses de inovação em políticas públicas no Tocantins.

“Nosso objetivo é claro: estabelecer parcerias concretas que transformem o estado em referência de inovação na região Norte, atraindo investimentos, empresas de tecnologia e gerando oportunidades para a nossa população. Vamos posicionar o Tocantins no mapa da transformação digital brasileira”, afirmou.

O governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) destacou que a missão reforça a busca por alternativas sustentáveis para aumentar a produtividade agrícola no Tocantins, com base na experiência israelense de uso racional da água e recuperação de solos.

“Fomos recebidos pelo presidente e pela primeira-dama do país, que deram toda a atenção à comitiva brasileira. Tratamos de tecnologia, crescimento econômico e políticas internacionais, mas, claro, o mais importante: aquilo que buscamos. Queremos produzir mais, utilizando menos água e preservando o meio ambiente de maneira sustentável. E Israel é um exemplo desse crescimento. Todas as suas pesquisas vão ao encontro daquilo que buscamos. Por isso, estamos aqui”, ressaltou o governador.

Comitiva

A comitiva do Tocantins é liderada por Wanderlei Barbosa e conta com a presença da primeira-dama e secretária extraordinária de Participações Sociais, Karynne Sotero; do secretário Jaime Café; do presidente da ATI, Hiram Gomes; e dos deputados estaduais Claudia Lelis (PV) e Marcos Marcelo (PL), que representam a Assembleia Legislativa do Tocantins (Aleto). Representantes do Distrito Federal, de Goiás, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia também participam da missão — este último estado representado pelo governador Marcos Rocha (União Brasil).

O secretário-executivo do Consórcio Brasil Central, José Eduardo Pereira Filho, ressaltou a importância do convite do Ministério das Relações Exteriores de Israel e o alinhamento da visita com os objetivos do consórcio.

“Acredito que esta visita a Israel representa exatamente o que o Consórcio Brasil Central defende: a valorização das potencialidades e a busca por soluções inovadoras. Israel é um exemplo de nação que continua criando e superando desafios por meio da tecnologia”, pontuou José Eduardo Pereira Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2025

REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO ANUNCIA FÁBRICA DE E-METANOL DE R\$ 2 BI NO PORTO DE SUAPE

Projeto da GoVerde prevê início das obras em 2026 e operação até 2028, com foco na exportação de combustível limpo para Europa e EUA

Por GABRIELA LOUSADA gabriela.lousada@redebeneews.com.br

O Governo de Pernambuco firmou nesta segunda-feira (9) contrato com a GoVerde Holding S.A. para instalação de uma fábrica de e-metanol no Complexo Industrial Portuário de Suape. O

investimento inicial é de R\$ 2 bilhões, com previsão de geração de 1.500 empregos diretos e indiretos durante a fase de obras, a partir de 2026. A planta ocupará 10 hectares e deverá entrar em operação entre 2027 e 2028, com capacidade inicial de produção de 300 toneladas por dia.



A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, assinou o contrato com a GoVerde Holding S.A. para a instalação de uma unidade de produção de e-metanol no

Complexo de Suape

O empreendimento, voltado à produção de combustível limpo a partir de hidrogênio verde e carbono biogênico, terá foco na exportação para os setores naval e aéreo da Europa e dos Estados Unidos. O contrato de arrendamento tem validade de 12 anos com valor mensal de R\$ 122 mil, e possibilidade de expansão da produção para 900 toneladas por dia até 2032.

A assinatura do contrato ocorreu em solenidade no Palácio do Campo das Princesas, com presença da governadora Raquel Lyra, representantes da GoVerde, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e da direção de Suape. A homologação da proposta única da empresa foi publicada no Diário Oficial do Estado no último sábado (7).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

REGIÃO SUDESTE - VPORTS INICIA PROCESSO PARA NOVO PORTO MULTIPROPÓSITO EM ARACRUZ

Pedido de licença prévia marca etapa inicial de projeto voltado à movimentação de grãos, gás, energia e descomissionamento de plataformas

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Concessionária responsável pelos portos do Espírito Santo, a Vports anunciou na última semana que protocolou um pedido de licença prévia junto ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema-ES) para iniciar o desenvolvimento para um futuro empreendimento portuário em Aracruz. Segundo o diretor-presidente Gustavo Serrão, a iniciativa faz parte da estratégia de desenvolver novos negócios em Barra do Riacho.

O projeto foi apresentado pela concessionária durante a participação de Serrão da Modal Expo, feira de negócios do setor de logística e transportes do Espírito Santo, realizada no início do mês.

A ideia é desenvolver na região de Barra do Riacho um porto multipropósito que poderá abrigar terminais para movimentação de grãos, gás, energia e para o descomissionamento de plataformas de petróleo.

“Entendemos Barra do Riacho como um grande polo de desenvolvimento para o Estado e temos a possibilidade de contribuir, preparando essa área de 522 mil metros quadrados em greenfield para receber investimentos de setores diversos, se tornando um porto multipropósito”, afirmou o diretor-presidente da Autoridade Portuária.

Serrão reforçou o compromisso da empresa em desenvolver um ecossistema portuário focado em produtividade, eficiência e parceiros em potencial, que tem sido uma das frentes de atuação da concessionária.

“Temos um trabalho contínuo no sentido de captar parceiros e somar interesses e vocações. Em Vitória e Vila Velha, assinamos 14 novos contratos em dois anos e meio de concessão privada, enquanto a média anterior era de um contrato a cada quatro anos. Em Barra do Riacho, nossa intenção é desenvolver um ambiente que já tenha em seu DNA essa marca em prol da produtividade, da eficiência e da parceria”, analisou.

O diretor-presidente da Vports disse que a expectativa é que a primeira licença para Barra do Riacho seja concedida até metade do ano que vem e, enquanto isso, a Autoridade Portuária seguirá atuando de forma a captar parceiros para o projeto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

REGIÃO SUDESTE - SÃO PAULO AJUSTA EDITAL DO TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ

Concessão prevê pedágio, aporte público e contrato de 30 anos; valor da obra subiu para R\$ 6,8 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Atualmente, a ligação entre Santos e Guarujá é feita por balsas e catraias. Mais de 21 mil veículos realizam a travessia diariamente, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres

O Governo de São Paulo republicou nesta segunda-feira (9), no Diário Oficial do Estado, o edital de licitação do túnel Santos-Guarujá, principal obra de infraestrutura do país, que terá parceria do Governo Estadual e Federal. O leilão

do projeto está marcado para 5 de setembro na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Entre as alterações no documento, está o valor do investimento, que subiu de R\$ 6 bilhões para R\$ 6,8 bilhões.

A Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), responsável pela estruturação do documento, justificou que a nova publicação traz ajustes técnicos e operacionais no modelo de concessão, com foco principal em ampliar a atratividade do projeto junto ao setor privado.

“O túnel Santos–Guarujá simboliza o tipo de obra que queremos entregar: estruturante, com inovação, parceria entre entes públicos e que melhora de forma concreta a vida das pessoas. Vamos tirar do papel um projeto esperado há décadas com responsabilidade técnica e compromisso com a população”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

De acordo com o governo paulista, as alterações no edital incorporam contribuições recebidas durante o roadshow realizado na Europa. Entre as mudanças estão a atualização da data-base contratual para janeiro de 2025, revisão de custos relevantes, e reavaliação da distância média de transporte, esmada agora em 85 km. As projeções de tráfego também foram revistas, com base na modelagem do projeto Travessias Hídricas.

O modelo de concessão passou a admitir lances em viva voz tanto sobre a contraprestação pública quanto sobre o aporte público, com a justificativa de estimular maior competição entre os interessados. A entrega dos envelopes está prevista para 1º de setembro, às 10h, e a abertura das propostas ocorrerá no dia 5, às 16h.

Segundo o Executivo estadual, a minuta do contrato foi aprimorada com cláusulas que buscam reforçar o equilíbrio financeiro e a segurança jurídica da concessão. O texto também inclui dispositivos voltados à previsibilidade e proteção contratual para a concessionária vencedora.

Entre as demais alterações estão a criação da Conta Desapropriação, mudanças nos critérios de alocação de riscos — principalmente os geológicos e de interferências — e a definição de medidas provisórias para o Cais de Outeirinhos e o pátio ferroviário no Guarujá, com o objetivo de assegurar o funcionamento da infraestrutura portuária e logística durante as obras.

A concessionária será remunerada por meio de tarifa de pedágio, contraprestação pública, aporte público e receitas acessórias. O critério de julgamento será o maior desconto sobre a contraprestação pública máxima.

Projeto

O investimento de R\$ 6,8 bilhões será dividido entre o Governo Federal e o Governo do Estado. O túnel submerso irá conectar as duas margens entre Santos e Guarujá, com extensão de 1,5 km. As

pistas serão destinadas para veículos, ciclistas, pedestres e contará com uma faixa exclusiva para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

A expectativa do Governo de São Paulo é beneficiar cerca de 1,2 milhão de pessoas diariamente, promovendo integração urbana e mobilidade sustentável entre os dois municípios da Baixada Santista.

Atualmente, a ligação entre os municípios é feita pelos serviços de travessias. Mais de 21 mil veículos passam diariamente pelas duas margens utilizando balsas e catraias, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres.

A empresa ou consórcio vencedor será responsável pela construção, operação e manutenção do empreendimento por 30 anos

Segundo o governo estadual, a obra representará um avanço técnico para a engenharia nacional, ao adotar a tecnologia internacional de túnel imerso, empregada em países como Holanda, Japão, China e Coreia do Sul.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

REGIÃO SUDESTE - RIO DE JANEIRO APRESENTA PLANO PARA AMPLIAR METRÔ E INTEGRAR REGIÃO METROPOLITANA

Orçada em R\$ 28,8 bi, expansão será feita por PPPs e recursos públicos; expectativa é que primeiros trechos estejam operando em 2031

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Com previsão de investimento de R\$ 28,8 bilhões, o governo do Rio de Janeiro apresentou propostas para ampliar a rede metroviária da capital e da Região Metropolitana. O plano inclui a ligação entre Estácio e Praça XV, a construção da Linha 3 — conectando Praça XV a Guaxindiba, em São Gonçalo, via Niterói e a extensão da Linha 4 até o Recreio dos Bandeirantes.

A expectativa é que os primeiros trechos entrem em operação em 2031 e que todo o sistema esteja concluído até o fim de 2032. As obras serão viabilizadas por meio de parcerias público-privadas, com participação dos governos estadual, municipal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O trecho entre Estácio e Praça XV está orçado em R\$ 4,4 bilhões. A Linha 3, que fará a ligação do metrô com São Gonçalo, deve demandar cerca de R\$ 14,6 bilhões. Já a extensão entre o Jardim Oceânico e o Recreio dos Bandeirantes tem orçamento esmado em R\$ 9,8 bilhões.

Durante a apresentação do projeto, o secretário estadual de Transporte e Mobilidade Urbana, Washington Reis, detalhou os estudos elaborados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que apontam soluções técnicas para cada etapa da expansão. “Chegamos a este momento após muito trabalho e articulação entre os entes federativos. O que estamos anunciando aqui é um compromisso concreto com a mobilidade urbana e com a qualidade de vida da população. Essa é uma iniciativa que vai sair do papel e gerar resultados reais para o nosso estado”, afirmou.

O ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, também participou da apresentação. “Nosso objetivo é facilitar o dia a dia da população, encurtar distâncias e garantir um transporte público de mais qualidade. É uma união de esforços entre governo federal, governo do estado e prefeituras para transformar a mobilidade e a qualidade de vida da população”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

REGIÃO SUL - FRENTE INTERSINDICAL QUER APOIO DA PREFEITURA DE PARANAGUÁ CONTRA NOVA LEI DOS PORTOS

Endades discutem criação de fórum municipal com o prefeito Adriano Ramos enquanto preparam mobilização nacional contra o PL 733/2025

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** paulo.ribeiro@redebeneuws.com.br



A expectativa é que haja uma manifestação em todas as cidades portuárias do país. A data do protesto ainda não foi definida, mas o movimento pode ocorrer já nesta sexta-feira

Representantes da Frente Intersindical de Paranaguá (PR) se reúnem nesta terça-feira (10) com o prefeito da cidade, Adriano Ramos (Republicanos), para discutir a criação do Fórum Sindical do município. O encontro será no gabinete do chefe do Executivo e contará com a presença de representantes de outras categorias além do setor portuário.

A proposta ganhou força a parr dos protestos contra o PL 733/2025, o novo marco regulatório do setor portuário. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Empregados na Administração e nos Serviços de Capatazia dos Portos no Paraná (Sintraport), Rodrigo dos Santos Vanhoni, o fórum municipal é “parte da mobilização em protesto à Nova Lei dos Portos”. Ele acrescenta: “O objetivo é trazer o governo local pra discussão. Ter apoio dos vereadores e da prefeitura é importantíssimo. É uma cidade que depende totalmente do porto”.

O presidente do Sindicato dos Conferentes do Paraná, José Eduardo Antunes, afirmou que a reunião se inspira no Conselho Sindical anunciado na semana passada pela Prefeitura de Santos (SP). Segundo ele, a intenção é tratar de temas urgentes com a cidade, que “tem demonstrado apoio constante”.

“Nós ainda estamos pensando no formato de como fazer a coisa se operacionalizar. Queremos ouvir o prefeito também, mas a ideia é que nós tenhamos, a cada movimento dos trabalhadores, o apoio do Execuvo municipal pra tratar desses temas com profundidade e levar essas insatisfações dos trabalhadores até a Câmara Federal”, ressaltou Antunes.

No final de abril, o prefeito Adriano Ramos participou, junto com representantes sindicais de Paranaguá, de uma série de reuniões com deputados federais na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), reforçando a mobilização contrária ao PL733.

Antunes também detalhou os próximos passos para a concretização de uma greve nacional nos portos brasileiros. Na última sexta-feira (6), federações de trabalhadores portuários — incluindo a Federação Nacional dos Estivadores (FNE), a Federação Nacional dos Portuários (FNP) e a Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (Fenccovib) — formaram uma Comissão de Mobilização, uma espécie de comando de greve, para definir os próximos passos contra o projeto de lei.

Greve nacional

A expectativa é que haja uma manifestação em todas as cidades portuárias do país. A data do protesto ainda não foi definida, mas o movimento pode ocorrer já na sexta-feira (13). A greve ainda não tem data marcada, mas há a perspectiva de que aconteça ainda em junho. Se seguir o padrão das últimas paralisações contra a Nova Lei dos Portos, deve durar cerca de 18 horas.



“Estamos mobilizados e articulados, pensando numa grande manifestação em todas as cidades portuárias, de forma a levar à comunidade todos os impactos que esse PL pode trazer aos municípios caso ele seja aprovado com esse texto”, explicou Antunes.

A mobilização pela greve começou após a autorização, no último dia 24 de maio, da criação de uma comissão especial para discutir o novo marco regulatório, por parte do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Moa (Republicanos-PB). Segundo os sindicatos, as federações vêm trabalhando em um texto substitutivo por meio do Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, na tentativa de chegar a um acordo com representantes da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop).

Os dirigentes sindicais afirmam que o texto alternativo está bem encaminhado, mas a criação da comissão especial foi interpretada como uma tentativa de acelerar a aprovação do projeto original, sem garantir diálogo com todas as partes envolvidas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025

MERCOSUL - COM OBRAS EM QUATRO FRENTES, LOTE 4 DA ROTA BIOCEÂNICA AVANÇA NO PARAGUAI

Infraestrutura no departamento de Boquerón faz parte do projeto que vai ligar o Atlântico ao Pacífico pelo interior da América do Sul

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

As obras no Lote 4 do terceiro trecho da Rota Bioceânica avançam em ritmo contínuo no departamento de Boquerón, no Paraguai. O segmento, que compreende 52 quilômetros entre as localidades de Mariscal Esgarribia e Pozo Hondo, é considerado estratégico para a integração logística entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

Atualmente, os trabalhos ocorrem em quatro frentes simultâneas, com equipes atuando em turnos prolongados e revezamento, em uma logística adaptada ao relevo e às condições do Chaco, região marcada por dificuldades de acesso e variações climáticas.

Entre as atividades em andamento estão a pavimentação da estrada principal, intervenções no acesso ao aeroporto de Pozo Hondo e obras na pista aeroportuária. Também estão sendo realizados serviços como manutenção de vias de serviço, limpeza e desmatamento, remoção e substituição de cercas, além da execução de aterros e fundações.

O contrato do Lote 4 tem valor de 669,5 bilhões de guaranis (cerca de R\$ 460 milhões). Os recursos são financiados pelo Banco de Desenvolvimento (Fonplata), no âmbito de um projeto maior de 224,8 quilômetros, aprovado por lei do Paraguai.

O empreendimento gera atualmente mais de 200 empregos diretos, sendo pelo menos 10% da mão de obra oriunda de comunidades locais. A expectativa é que o Lote 4 beneficie diretamente cerca de 41 mil pessoas nas cidades de Mariscal Esgarribia e Pozo Hondo.

Além do Lote 4, outros três trechos estão em execução. O Lote 1 tem 5,98% de conclusão. O Lote 2 está com 8,46% de avanço, e o Lote 3 alcançou 16,6% de execução até o fim de abril.

A Rota Bioceânica é uma das principais apostas para consolidar o Paraguai como ponto de conexão logística entre os oceanos Atlântico e Pacífico, reduzindo custos e prazos no transporte de cargas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

APÓS DESEMBARQUE DE 7 MIL CARROS DA BYD, GOVERNADOR DE SANTA CATARINA QUER ATRAIR FÁBRICA DA MONTADORA

Da Redação - 09/06/2025 17:00 - Atualizado 10/06/2025



No final do mês de maio, chegou ao Porto de Itajaí, em Santa Catarina, um navio transportando 7.292 carros da montadora chinesa BYD. Foi necessária uma megaoperação, com 130 caminhões-cegonha e mais de 500 profissionais para o desembarque dos veículos.

O porto trabalhou 24h por dia durante 5 dias para desembarcar os mais de 7.000 carros vão ser desembarcados,

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, afirma que Santa Catarina é o único estado que tem seis portos e pretende ter mais investimento da montadora.

Ele anunciou nesta segunda-feira, 9, que viajará à China para se reunir com a montadora BYD e negociar a construção de uma fábrica para a montagem de ônibus no estado.

A ideia seria trazer uma fábrica para ficar próxima de um dos portos catarinenses.

A viagem do chefe do executivo catarinense está agendada para sexta-feira, 13, e inclui uma visita ao Japão e à China. Durante a missão, Mello discutirá não só os investimentos da BYD no estado, mas também possíveis parcerias com empresas chinesas para implementar serviços de manutenção de aviões. Com informações da Revista Exame.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 10/06/2025

ACELEN E REFINARIAS PRIVADAS PODEM TER EQUALIZAÇÃO DE CUSTOS COM AUMENTO DO PREÇO DE REFERÊNCIA DO PETRÓLEO PELA PETROBRAS

Da Redação - 09/06/2025 19:30 - Atualizado 10/06/2025



O Ministério de Minas e Energia estuda destravar a revisão da fórmula PRP (Preço de Referência do Petróleo), que é base de cálculo para impostos, royalties e participações especiais que teriam valores nominais aumentados.

Com essa revisão do PRP, o Ministério estima um aumento de R\$ 2,5 bilhões nas receitas especiais à União nos próximos dois anos e, considerando outros impostos e também a parcela de estados e municípios, fala-se em incremento de R\$ 10 bilhões ao ano. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) planeja concluir até julho o processo de revisão, que se arrasta desde 2022 e isso seria bom para as refinarias privadas, inclusive a Refinaria de Mataripe, da Acelen.

Em nota enviada ao portal Bahia Econômica, Eduardo Bezerra – Diretor de Relações Governamentais da Refina Brasil – explicou que “o desejo do setor de refino privado é que a revisão seja completa, alinhando o preço de referência ao preço real de mercado, como previsto na própria

Lei do Petróleo. A ideia é eliminar a atual distorção regulatória que favorece exportações e prejudica o abastecimento interno, criando um ambiente mais justo e competitivo. Se isso acontecer, o potencial de arrecadação sobe para R\$ 15 bilhões por ano, segundo estudos da Refina Brasil, da Downstream Advisors e até do Ministério da Fazenda, que já levantou esse número em audiências no Congresso”, explicou .

Eduardo ainda explicou que “com um ambiente regulatório mais justo, podem ser destravados até R\$ 70 bilhões em investimentos privados no refino. Isso permitiria ao Brasil superar a deficiência de 20% na capacidade de refino e alcançar a autossuficiência em derivados, o que tem tudo a ver com segurança nacional — ainda mais num cenário global instável”, diz a nota.

A Refina Brasil, associação que reúne as refinarias privadas, responsáveis por 20% do refino nacional, diz que um PRP abaixo do preço de mercado, como está agora, é ruim para as refinarias e estimula exportações de óleo bruto e não permitindo que elas acessem a matéria-prima nacional, tendo de importar petróleo a preços mais altos. O que, por vezes, inviabiliza investimentos para novas unidades e expansões.

Segundo Evaristo Pinheiro, que preside a associação, pela fórmula atual, o PRP fica entre 5% e 10% abaixo dos preços de mercado praticados no mundo. Esse preço de referência rebaixado é o adotado no cálculo da carga tributária sobre vendas de cargas entre a matriz da petroleira e uma subsidiária no exterior ou vice-versa.

Com PRP até 10% menor, a base de cálculo dos impostos também fica menor, as petroleiras pagam um montante menor e preferem exportar a produção do que vender no mercado doméstico. A Acelen e outras refinarias privadas ficam sem acesso ao petróleo brasileiro.

Segundo Evaristo, com o barril do Brent a um preço hipotético de US\$ 70, o PRP ficaria entre US\$ 63 e US\$ 66,5, mas o petróleo Petrobras é ofertado pelo preço de mercado, US\$ 70 por barril. E incorporando o que seria frete e seguro ao exterior, o preço pode chegar a US\$ 73, que é o valor pago pelos refinadores privados.

Se o PRP for ajustado ao mercado internacional, as exportações das petroleiras seriam desestimuladas e, com maior oferta, a competição pelo mercado interno levaria a uma redução dos preços aos refinadores locais. Com informações de Gabriel Vasconcelos, da Agência INFRA.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 10/06/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

AUMENTO DE IMPOSTOS REDUZ CRESCIMENTO DO PAÍS E CAUSA PERDA DE EFICIÊNCIA, DIZEM BANQUEIROS

CEOs das principais instituições financeiras privadas do país defenderam a necessidade de revisão dos gastos públicos e busca do equilíbrio fiscal pelo corte de despesas

Por João Sorima Neto — São Paulo

Os principais CEOs de bancos privados do país defenderam que o governo precisa fazer uma revisão de gastos e que a busca do equilíbrio fiscal não deve ser feita apenas pelo lado da receita. Para eles, aumentar tributos, como está sendo proposto para o cumprimento do arcabouço fiscal, tem consequências como redução do PIB potencial do país e perda de eficiência.

Os banqueiros participaram de um painel da Febraban Tech 2025, evento de inovação e tecnologia do setor financeiro, que acontece no Expo Transamérica, na zona Sul de São Paulo.



Roberto Saloutti, CEO do BTG: aumento de impostos reduz PIB potencial e traz perda de eficiência ao país — Foto: LinkedIn

Roberto Saloutti, CEO do BTG Pactual, defendeu a busca de maior eficiência dos gastos públicos para que não seja preciso aumentar tributos. Ele disse que a elevação da carga tributária tem consequências como redução do PIB potencial (capacidade de crescimento do país) e perda de eficiência.

— Nós somos obrigados a rever despesas, temos concorrência acirrada e o governo tem o monopólio para tributar. Mas até esse monopólio não funciona e a sociedade rege. Acho que independente de eleição é preciso fazer uma revisão dos gastos. Quanto mais PIB potencial, melhor para a sociedade. Agora as consequências de aumentar tributos podem ser imperceptíveis agora, mas no futuro haverá aumento do custo Brasil e perda de eficiência — afirmou.

O presidente do Bradesco, Marcelo Noronha, disse que no debate sobre a busca pelo equilíbrio fiscal, sempre defendeu que ele viesse pelo lado das despesas e não pelo aumento da receita. Ele afirmou que mantém uma postura construtiva em relação ao Congresso e ao Executivo para dialogar e mostrar as causas e efeitos para a economia de cada medida.

— E isso (aumento de impostos) pode criar ônus desnecessário para algumas empresas. É preciso manter um caminho construtivo, independente do partido. Não é só criticar, queremos influenciar positivamente — disse Noronha.

Mario Leão, CEO do Santander Brasil, disse que é importante que os debates que estejam acontecendo sobre o tema fiscal possam evoluir para agendas e reformas estruturantes este ano e em 2026. Ele defendeu que sejam atacados temas históricos no país, e não temas partidários.

— O sistema financeiro tem sido pró-ativo. Ninguém acorda querendo pagar mais impostos. O Brasil precisa enfrentar de forma definitiva esses temas históricos — afirmou.

Milton Maluhy, presidente do Itaú, afirmou que 'nosso partido político é o Brasil', e que os representantes do sistema financeiro influenciem de forma ética as discussões e que a polarização precisa ser deixada de lado, 'sem que se olhe para o próprio umbigo'.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/06/2025

EQUIPE ECONÔMICA CHEGOU À FORMA AUTOAPLICÁVEL DE REDUÇÃO LINEAR DE 10% DO GASTO TRIBUTÁRIO. CONFIRA DETALHES DO PACOTE FISCAL

Por Luciana Casemiro



Vista aérea do Congresso Nacional. Ao fundo a Esplanada dos Ministérios — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

A equipe econômica desenvolveu uma forma autoaplicável de reduzir linearmente 10% do gasto tributário, que somam cerca de R\$ 800 bilhões. No entanto, o acerto feito na reunião neste domingo, a casa do presidente da Câmara, Hugo Motta, para ser editada uma lei complementar e não uma PEC como estava

previsto, tira desse pacote a Zona Franca de Manaus que representa uma importante renúncia,

revelou uma fonte ao blog na manhã desta segunda-feira. Na visão do governo, as propostas discutidas nesse domingo trocam o IOF, imposto que admitem pode causar distorções, por medidas que acabam com distorções do mercado e podem trazer aos cofres públicos montantes igual ou até maior de recursos.

Segundo essa fonte, o corte linear nos gastos tributários foi bem recebido pelos líderes, especialmente, os presidentes das duas Casas. A grande preocupação da equipe era aprovar a medida e ela não ser implementada, por isso, é importante ter chegado a uma fórmula que permita que a redução dos benefícios fiscais seja autoaplicável.

— A gente achou um jeito de ter regras para cada tipo de benefício e dizer, por exemplo, se o benefício é uma isenção, ele vai ser tributado com a alíquota equivalente a 10% da alíquota cheia. Regras para tudo, está bem organizado. Temos uma estrutura que funciona, agora o que precisa ser negociado com o Congresso, o que vai entrar e o que não vai. Mas a proposta é que entrem todos os gastos tributários. Talvez não se consiga cortar todos os benefícios, mas vamos cortar um pouquinho de todo mundo, para todos fazerem o esforço necessário para arrumar as contas públicas. Fora dos R\$ 800 bilhões mapeados pelo relatório de gastos tributários, há outras renúncias que não são irrelevantes - explicou uma pessoa próxima às negociações ao blog.

Outra informação importante é que a tributação de 5% sobre os títulos que antes eram isentos não vai poupar ninguém. Valerá para LCA, LCI, CRI, CRA, para todos. A taxa, no entanto, só valerá para títulos e letras de crédito emitidos após 31 de dezembro deste ano. Tudo que for emitido até esta data, todo o estoque, terá a isenção de tributação preservada, independentemente da data de vencimento. Também será mantido o benefício para a negociação desses títulos no mercado secundário.

- Então, se você comprou um título que está isento, ele vence só ano que vem, o rendimento dele continua isento para você e se você vender o título no secundário também para quem comprou. A tributação só valerá para novas emissões - antecipa essa fonte.

As propostas levadas pela equipe econômica para a mesa de negociação contemplam ainda a alteração da tributação de aplicações financeiras, que seria a terceira etapa da reforma da renda, explica essa fonte. Atualmente, os tributos sobre aplicações financeiras variam de 15% a 22,5%. A medida unifica a tributação em 17,5%, acabando com a alíquota regressiva.

- Como a gente vai ter uma alíquota uniforme para todos os produtos agora, mas vai permitir livre compensação de ganhos e perdas entre aplicações financeiras, o que hoje é vedado. Então, se você perder o dinheiro em uma aplicação, você vai poder compensar com o ganho que teve na outra e pagar menos imposto.

Estopim da crise, o IOF também foi alvo de mudanças relevantes, antecipou a fonte ao blog.

Confira:

- IOF risco sacado: A queixa do mercado era o custo dessas operações de curto prazo, que se renovam a cada 30, 45 dias, subiria muito. A proposta atual retira a alíquota fixa de 0,95%, que tinha sido estabelecida pelo decreto, e mantém apenas a taxa variável. Isso faz com que o impacto no custo do crédito para o devedor caia em 80%.
- IOF no câmbio: A equipe fez mais uma exceção à regra de 3,5% na saída de recursos de quem investiu dinheiro no Brasil, comprou uma empresa, por exemplo, a hora que tirava o dinheiro, estava sendo tributado a 3,5%, essa tributação foi zerada para não ter impacto no investimento estrangeiro no Brasil.
- FDICs: Desde o anúncio das mudanças do IOF, a equipe econômica vem recebendo relato dos bancos de migração de recursos para FDICs, fundos não regulados pelo Banco Central. Para reduzir essa migração, esses fundos passam a ser tributados em 0,38% na entrada do dinheiro na aplicação.

- VGBL: A partir de 2025, haverá isenção para um limite de aporte de R\$ 600 mil por pessoa por ano no VGBL. Com essa mudança, explica a fonte, 99,3% das pessoas que hoje aportam no VGBL continuarão isentas. O tributo vai pegar só os 0,7% responsáveis por um terço dos aportes no VGBL. Para 2025, foi construída uma regra de transição que garantirá isenção no limite de R\$ 200 mil aplicados por segurado até o fim do ano. Ano que vem, passa a vigorar um limite anual de 600 mil para todos os aportes, somando as seguradoras.

Ainda não há cálculo que determine o valor de cada uma das medidas. As propostas serão apresentadas ao presidente Lula, que chega ao Brasil na noite desta segunda-feira. Portanto, não há previsão de detalhamento público de medidas nesta segunda.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2025

HADDAD DIZ QUE COMISSÃO DE LÍDERES DEVE AVALIAR MEDIDAS PARA CONTER GASTOS

Ministro minimizou fala de Hugo Motta de que não há compromisso de aprovação de pacote alternativo a IOF

Por Thaís Barcellos e Bernardo Lima — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que novas medidas de contenção de despesas só devem ser apresentadas após a avaliação de viabilidade por uma comissão de líderes partidários. Segundo ele, ficou combinado com os parlamentares a criação desse grupo na reunião com os líderes no domingo.

Nas discussões sobre o pacote alternativo ao aumento de IOF, por enquanto, só ficaram acertadas medidas de elevação das receitas. Haddad sinalizou que a ideia é retomar medidas que não foram aprovadas ou apreciadas pelo Congresso, juntando com novas propostas dos parlamentares.

— No caso do gasto primário, ficou de se formar uma comissão de líderes para a gente voltar para a mesa e discutir. No caso do gasto primário, o Congresso vai marcar uma reunião com a equipe econômica para a gente enfrentar esse debate — disse a jornalistas em frente ao Ministério da Fazenda após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Vamos aguardar a próxima reunião para saber daquilo que já foi encaminhado, apreciado e rejeitado, quais são as possibilidades de voltar para mesa para negociar — completou.

Em encontro com os líderes da base aliada no domingo, a equipe econômica demonstrou incômodo com o forte crescimento de gastos, especialmente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Fundeb, as emendas parlamentares e as transferências para estados e municípios. Mas não obteve aval dos líderes presentes para seguir com medidas de ajuste nesses pontos, segundo interlocutores que participaram da reunião.

Segundo Haddad, será feito um inventário do que já foi proposto, do que é politicamente viável, do que os parlamentares querem enfrentar. O ministro disse que há visões do governo e de parlamentares sobre o que é possível ser feito para corrigir "excessos". Para o ministro, essa sistematização de propostas já será "um passo formidável".

— Vamos dar um suporte técnico para melhor conformação das medidas possível. Eu falei que estou disponível para levar algumas considerações do que já passou pelo Congresso, coisas que não

foram aprovadas, coisas que não foram ainda avaliadas e coisas que foram sugeridas pelos parlamentares de forma individual. Mas precisamos ver se é uma proposta do partido, da bancada, para entender a viabilidade — disse, citando ideias do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e de outros parlamentares.

O ministro ainda minimizou a declaração do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) de que o Congresso não tem nenhum compromisso de aprovar as novas propostas apresentadas pelo governo.

— É uma fala de prudência. Não estavam lá os 513 parlamentares. Como ele pode tomar uma decisão sem ouvir as bancadas? — considerou. — Agora, qual medida da Fazenda não foi aprovada após negociações? — retrucou.

Como mostrou O GLOBO, no domingo, Haddad apresentou uma proposta de Medida Provisória com mudanças na tributação de aplicações financeiras e de algumas empresas para substituir cerca de 2/3 do decreto do IOF. O governo deve recuar parcialmente em mudanças na taxa de operações de crédito de empresas, de risco sacado e de planos de previdência privada, entre outros.

Já as novas medidas propostas devem incluir a cobrança de 5% de Imposto de Renda de aplicações financeiras hoje isentas, como LCI e LCA, e a adoção de uma alíquota uniforme de 17,5% para os demais investimentos no mercado financeiro, incluindo criptomoedas. Atualmente, a tributação é regressiva, de 22,5% a 15%, conforme o tempo que o recurso fica aplicado.

Segundo Haddad, na reunião, os parlamentares também sugeriram a retomada da proposta para aumentar o IR sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%. No domingo, o ministro ainda havia adiantado que a tributação sobre as bets deve aumentar de 12% para 18%, assim como a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das fintechs, de 9% para 15%.

Além disso, o governo quer enviar um projeto para fazer um corte linear de 10% nos benefícios tributários infraconstitucionais para pessoas jurídicas, excluindo a Zona Franca de Manaus, o Simples, além de entidades sem fins lucrativos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2025

APÓS REUNIÃO COM LULA, HADDAD DIZ QUE PACOTE ALTERNATIVO AO IOF DEVE CHEGAR À MESA DO PRESIDENTE HOJE

Ministro da Fazenda levou ao presidente resultado de encontro com Congresso no domingo

Por Thaís Barcellos e Bernardo Lima — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira que as medidas do pacote alternativo ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) devem chegar à mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda hoje. Segundo Haddad, as propostas serão enviadas à Casa Civil nesta terça, que vai finalizar a redação, e posteriormente submetidas à análise final de Lula.

As propostas foram apresentadas ao presidente Lula em reunião nesta terça, no Palácio do Alvorada. Estiveram presentes também os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, além dos líderes do governo na Câmara e no Senado.

Segundo Haddad, as medidas devem ser enviadas à Casa Civil já nesta terça-feira. Após a redação final das medidas ser feita pela pasta, os documentos devem ser submetidos à análise final de Lula ainda na noite de terça.

— As mesmas (medidas) que foram conversadas com os parlamentares da Câmara e do Senado, nós expusemos para ele (presidente Lula) o que foi conversado. Estamos remetendo para a Casa Civil, que está acompanhando a redação, e possivelmente as medidas vão chegar na mesa dele [(Lula) ainda hoje. Ainda estão fechando os cálculos para mandar para lá.

A reunião com Lula já estava prevista. O presidente estava na França até esta segunda e não participou das últimas discussões sobre as alternativas à majoração do IOF, que geraram fortes críticas dos parlamentares e de setores da economia.

Como mostrou O GLOBO, no domingo, em reunião com os líderes da base aliada, Haddad apresentou uma proposta de medida provisória com mudanças na tributação de aplicações financeiras e de algumas empresas para substituir cerca de dois terços do decreto do IOF.

O governo deve recuar parcialmente em mudanças na taxação de operações de crédito de empresas, de risco sacado e de planos de previdência privada, entre outros.

Já as novas medidas propostas devem incluir a cobrança de 5% de Imposto de Renda de aplicações financeiras hoje isentas, como LCI e LCA, e a adoção de uma alíquota uniforme de 17,5% para os demais investimentos no mercado financeiro, incluindo criptomoedas. Atualmente, a tributação é regressiva, de 22,5% a 15%, conforme o tempo que o recurso fica aplicado.

Haddad ainda disse nesta terça que foram os parlamentares que propuseram o aumento de IR sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%. O ministro Haddad ainda havia adiantado que a tributação sobre as bets deve aumentar de 12% para 18%, assim como a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das fintechs, de 9% para 15%.

Além disso, o governo quer enviar um projeto para fazer um corte linear de 10% nos benefícios tributários para pessoas jurídicas, excluindo a Zona Franca de Manaus, o Simples, além de entidades sem fins lucrativos.

Segundo Haddad, as medidas não mexem com o dia a dia da população e devem ajudar a queda dos juros e do dólar.

— Todas as medidas envolvem bet e mercado financeiro. Então não mexem com o dia a dia da população. Eu considere as medidas muito mais estruturais e justas do ponto de vista tributário, por isso que concordei com essa agenda, de fazer justiça tributária. Penso que estamos nesse caminho [...] isso vai favorecer a queda do juro, vai favorecer a queda do dólar, vai favorecer o país.

Os líderes presentes na reunião de domingo não fizeram oposição ao pacote de aumento de receita, mas tampouco firmou acordo para a aprovação. Nesta segunda-feira, o presidente da Câmara, Hugo Motta, disse que não há compromisso em cancelar as medidas apresentadas pelo governo.

— Não há compromisso do Congresso de aprovar as medidas. A Medida Provisória foi uma vitória não só do Congresso, mas também da sociedade. Essas medidas do governo inauguraram a possibilidade do debate de medidas estruturantes, senão o aumento do IOF teria sido derrubado pelo Congresso se tivesse sido pautado — disse Motta, no evento “Agenda Brasil — o cenário fiscal brasileiro”, promovido pelo jornal Valor Econômico, pela rádio CBN e pelo jornal O GLOBO.

Ao ser questionado sobre a declaração de Motta, Haddad disse que o presidente da Câmara fez uma fala “prudente”, tendo em vista que nem todos os parlamentares do Congresso estavam presentes na reunião. O ministro ainda demonstrou confiança na aprovação das medidas.

— Agora, qual foi a medida da fazenda que não foi aprovada depois de uma concessão? Nós estamos aqui há dois anos e meio negociando medidas que afetam o andar de cima [...] de tudo que nós encaminhamos, o Congresso foi parceiro. Ele modulou as ações? Modulou, mas isso é parte do jogo democrático — disse Haddad.

A equipe econômica também aproveitou o encontro no fim de semana para demonstrar incômodo com o crescimento de gastos, especialmente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Fundeb, as emendas parlamentares e as transferências para estados e municípios. Mas não obteve aval dos líderes presentes para seguir com medidas de ajuste nesses pontos.

Fernando Haddad afirmou nesta terça-feira que novas medidas de contenção de despesas só devem ser apresentadas após a avaliação de viabilidade por uma comissão de líderes partidários. Segundo ele, ficou combinado com os parlamentares a criação desse grupo na reunião com os líderes no domingo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/06/2025

EUA E CHINA TÊM SEGUNDO DIA DE NEGOCIAÇÕES. VEJA O QUE ESTÁ EM JOGO NO ENCONTRO EM LONDRES

Governo americano pode aliviar restrição de chips à Pequim se país garantir terras- raras aos EUA. Trump diz que China não é fácil

Por O Globo com agências internacionais — Londres e Washington



Trump diz que a China não é fácil, mas conversações estão indo bem — Foto: Bloomberg

Estados Unidos e China retomaram as negociações pelo segundo dia em Londres, com os mercados financeiros no limite, já que as maiores economias do mundo procuram aliviar as tensões sobre as exportações dos principais produtos tecnológicos e industriais e elementos de terras-raras, evitando a escalada de sua guerra comercial.

As equipes lideradas pelo secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, e pelo vice-primeiro-ministro chinês, He Lifeng, voltaram a se reunir nesta terça-feira, pouco depois das 10h40 (hora local), na Lancaster House. A mansão da era georgiana, próxima ao Palácio de Buckingham, já foi palco de importantes discursos de primeiros-ministros do Reino Unido, discursos de presidentes de bancos centrais e festas para a família real britânica.

Falando aos repórteres na chegada das autoridades nesta terça-feira, o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, disse que o diálogo estava “indo bem”. Lutnick disse aos repórteres que os dois lados “conversaram o dia todo ontem e conversarão o dia todo hoje”.



Ao chegar para o segundo dia de negociações com representantes da China, o Secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, disse que o diálogo estava “indo bem” — Foto: Chris J. Ratcliffe/Bloomberg

Na noite de segunda-feira, o presidente Donald Trump disse aos repórteres na Casa Branca que estava “recebendo apenas bons relatórios” do primeiro dia de negociações de quase sete horas entre representantes de ambas as nações:

— Estamos indo bem com a China. A China não é fácil. Só estou recebendo bons relatórios.

Bessent, por sua vez, disse que, após o primeiro dia, eles tiveram uma “boa reunião”, e Lutnick classificou as discussões como “frutíferas”. As negociações foram concluídas por volta das 20h.

Os mercados de títulos e moedas estão monitorando de perto as negociações em busca de pistas sobre o possível impacto econômico. O Bloomberg Dollar Spot Index, que caiu acentuadamente este ano, já que as tensões comerciais minam a confiança nos ativos dos EUA, está em torno de seus níveis mais baixos desde 2023.

A principal questão desta semana é o restabelecimento dos termos de um acordo firmado em Genebra no mês passado, no qual os EUA entenderam que a China permitiria que mais remessas de terras-raras chegassem aos clientes americanos. O governo Trump acusou Pequim de agir muito lentamente, o que ameaçava a escassez nos setores de manufatura domésticos.

Em troca, o governo Trump está preparado para remover uma série de medidas recentes voltadas para software de design de chips, peças de motores a jato, produtos químicos e materiais nucleares, disseram pessoas familiarizadas com o assunto. Muitas dessas medidas foram tomadas nas últimas semanas, quando as tensões entre os EUA e a China aumentaram.

'Vitória da China'

— Uma decisão dos EUA de reverter parte dos controles de tecnologia seria vista como uma vitória da China — disse Dexter Roberts, membro sênior não residente do Global China Hub do Atlantic Council. —Se pensarmos no último governo, a possibilidade de os EUA reverterem qualquer controle era praticamente impensável.

Há um mês, Pequim e Washington concordaram em fazer uma trégua de 90 dias, até meados de agosto, em suas tarifas paralisantes para dar tempo de resolver muitas de suas divergências comerciais, desde tarifas até controles de exportação.

Ao mesmo tempo, a equipe comercial de Trump está se esforçando para garantir acordos bilaterais com a Índia, Japão, Coreia do Sul e vários outros países que estão correndo para fazê-lo antes de 9 de julho, quando as chamadas tarifas recíprocas do presidente dos EUA aumentam da atual base de 10% para níveis muito mais altos personalizados para cada parceiro comercial.

Enquanto isso, o presidente chinês Xi Jinping manteve nesta terça-feira sua primeira conversa telefônica com o recém-eleito presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, e pediu cooperação para salvaguardar o multilateralismo e o livre comércio.

“Devemos fortalecer a cooperação bilateral e a coordenação multilateral, salvaguardar conjuntamente o multilateralismo e o livre comércio e garantir a estabilidade e a suavidade das cadeias industriais e cadeias de suprimentos globais e regionais”, disse Xi, de acordo com a reportagem da CCTV.

Outro ponto importante das negociações entre China e EUA em Londres são as remessas de elementos de terras-raras, minerais que agora estão no centro do palco da guerra comercial global.

Terras-raras em jogo

Os EUA sinalizaram a disposição de remover as restrições a algumas exportações de tecnologia em troca de garantias de que a China está flexibilizando os limites para as remessas de terras raras, elementos metálicos essenciais para uma ampla gama de produtos de energia, indústria automobilística, defesa e tecnologia, incluindo smartphones, caças e barras de reatores nucleares. A China é responsável por quase 70% da produção mundial de terras-raras.

Recentemente, a China tornou ainda mais difícil a obtenção desses elementos metálicos, ao introduzir uma nova exigência de licenciamento para a exportação dos elementos em abril,

diminuindo efetivamente o fluxo de remessas para a maior parte do mundo, inclusive para os Estados Unidos.

O governo Trump espera que "após o aperto de mão" em Londres, "todos os controles de exportação dos EUA sejam flexibilizados e as terras-raras sejam liberadas em grande volume" pela China, disse Kevin Hassett, chefe do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca, em entrevista à CNBC na segunda-feira.

Na sexta-feira, o presidente Donald Trump disse a repórteres que o líder chinês Xi Jinping havia concordado em permitir o início das exportações de produtos de minerais de terras raras, promessa que pode não ser suficiente para os fabricantes americanos caso um novo acordo fechado em Londres suspenda as restrições, mesmo que temporariamente, disse Gracelin Baskaran, diretor do Programa de Segurança de Minerais Críticos do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, em entrevista à CNN Business.

Segundo ela, o atual cenário torna extremamente difícil para o setor obter uma leitura confiável sobre como serão os próximos três meses, seis meses ou um ano. Além disso, ressalta, as exportações também podem não fluir com rapidez suficiente em comparação com os níveis anteriores.

— Vale lembrar que, antes do telefonema (Trump-Xi), elas (remessas de terras-raras) estavam começando a sair, mas não no ritmo que permite que as cadeias de suprimentos continuem sem interrupções — acrescentou Gracelin, lembrando que as empresas americanas poderão em breve queimar os estoques armazenados desses elementos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TURCA KARPOWERSHIP QUER CRESCER NO PAÍS E PLANEJA REGISTRAR ATÉ 2 GW EM LEILÃO

Companhia é conhecida por 'navios usinas' em operação na Baía de Sepetiba, no Rio

Por Luciana Collet (Broadcast)



Além de 'navios usinas', interesses da empresa incluem empreendimentos 'terrestres', como geração renovável e terminais de gás natural liquefeito Foto: Divulgação/Karpowership

A companhia turca Karpowership, conhecida no Brasil por suas usinas termelétricas flutuantes instaladas na Baía de Sepetiba (RJ), quer ampliar a presença no País. E não somente com a instalação de mais "navios usinas", mas também com empreendimentos "terrestres",

incluindo projetos de geração renovável, além de terminais de gás natural liquefeito (GNL).

A empresa acompanha de perto o avanço dos trabalhos para a realização do próximo leilão de reserva de capacidade, para o qual avalia registrar até 2 gigawatts de projetos. Também se interessa pelo leilão dos sistemas isolados, marcado para setembro. Paralelamente, estuda potenciais aquisições. "Estamos avaliando oportunidades, incluindo, entre outras, usinas de energia e também alguns projetos de terminais", afirma a diretora Comercial para Negócios nas Américas da Karpowership, Beyza Ozdemir, em entrevista à Coluna.

Após 10 anos monitorando o mercado nacional, a Karpowership ingressou no País em 2021, ao vencer um leilão emergencial executado a toque de caixa pelo governo para combater os efeitos elétricos da crise hídrica. E enfrentou diversos desafios para colocar em operação suas quatro usinas contratadas, somando 560 megawatts (MW). A empresa chegou a ter outorga dos empreendimentos revogada e acionou a Justiça para garantir a atividade de suas termelétricas, que foram concluídas fora do prazo estabelecido no edital. Ao fim, acertou um acordo com a União, com a mediação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Dificuldades ficaram para trás, diz empresa

Hoje, as usinas estão disponíveis para atender o sistema elétrico brasileiro e têm sido demandadas a operar com certa frequência. As dificuldades ficaram para trás e Beyza defende que elas já mostraram seu valor. “Demonstramos nossa importância para o sistema brasileiro, estamos verificando constantemente as principais usinas do sistema e vimos que as plantas da Karpowership já mostraram ser as mais flexíveis de toda a rede elétrica, com rápida rampa de aceleração”, diz, citando que outros empreendimentos, embora com rampas de aceleração semelhantes, em torno de 13 a 15 minutos, enfrentam restrições operacionais ou operam com combustíveis mais caros e poluentes.

Embora saliente a complexidade do processo enfrentado - que exigiu a realização de “mais de 1 mil estudos” para a obtenção de “mais de 50 licenças, entre autorizações estaduais, federais, municipais”, além da negociação com proprietários de terras e comunidades locais -, Beyza avalia que os percalços fizeram parte do aprendizado da companhia no País e agora está pronta para novos saltos.

“Acho que o Brasil, com as agências e autoridades bem estabelecidas, está em um dos mercados mais desenvolvidos do mundo”, diz. Ela admite que parte do regramento setorial precisa de modernização, mas considera positivos os esforços para ajustar as normas às exigências de mercado.

Amapá é visto como estratégico

Enquanto aguarda o avanço dos trabalhos governamentais para viabilizar os próximos leilões, a Karpowership busca novas potenciais compras. Recentemente, adquiriu da Eletrobras a termelétrica Santana, movida a óleo diesel. Localizada no Amapá, a usina não está operacional, mas deve passar por uma recuperação. A meta é que o empreendimento retome essa condição ainda em 2025, possivelmente com uma migração para o biodiesel. A empresa também avalia uma possível troca de combustível para o gás natural.

Beyza classifica o Amapá como uma localização estratégica, com grande oportunidade de crescimento, tendo em vista a proximidade da Margem Equatorial e o desempenho da empresa na vizinha Guiana, onde a Karpowership opera desde o ano passado navios usinas. Após ter participado de mais uma licitação recentemente, a empresa vislumbra implementar novos projetos e ter até 80% da demanda do país sendo suprida por suas soluções.

“O Amapá é outra Guiana, a ‘Guiana Brasileira’, vemos como estratégico, em linha com nossas atividades de gás e também com nossa expertise em energia elétrica”, diz.

Regaseificação está também na mira

Em outra frente de interesse, a companhia, que detém cerca de 20% de participação no mercado global de unidades flutuantes de armazenamento e regaseificação (FRSU, na sigla em inglês), avalia a implantação de instalações deste tipo em várias localidades do País, em parceria com players locais, mas não dá detalhes sobre as oportunidades na mesa.

No ano passado, a empresa assinou um memorando de intenções com a Petrobras para parcerias nas atividades de liquefação e regaseificação, além de armazenamento de gás natural mas, segundo a executiva turca, ainda não há um projeto definido. Ela comentou, no entanto, que recentemente as

duas empresas discutiram também a possibilidade de atuar com novas tecnologias e combustíveis alternativos.

Entre os interesses da Karpowership para desenvolvimento no Brasil estão o etanol e hidrogênio. Ainda na frente de energias renováveis, a empresa, que já tem parques de geração solar distribuída no Rio de Janeiro, avalia projetos em outros Estados, como Minas Gerais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/06/2025

CAMPOS NETO CRITICA AUMENTO DO IOF E DIZ QUE GOVERNO LULA ERRA EM AVALIAÇÃO SOBRE INFLAÇÃO

Ex-presidente do Banco Central afirma faltar 'credibilidade fiscal' ao Brasil para juros voltar a cair; para ele, não há críticas a fazer sobre a autarquia: 'Se eu estivesse lá, faria a mesma coisa'
Por Geovani Bucci (Broadcast)

O ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto criticou a condução da política fiscal adotada pelo governo federal nesta terça-feira, 10, e usou a alta decretada no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como exemplo. "É um imposto que, no longo prazo, restringe o lucro de capital", disse durante evento da holding financeira B.Side, na capital paulista.

Ele criticou a postura do governo federal de tentar fazer a economia brasileira crescer por meio de estímulos à demanda. "Vejo muito nesse governo a tendência de achar que inflação é um problema de oferta e crescimento é um problema de demanda. Na verdade, é exatamente o contrário. Tem que gerar oferta para poder ter crescimento sustentável", disse Campos Neto.

"O IOF é um imposto que, a longo prazo, restringe o lucro de capital. Porque, se vou investir num lugar e fico com incerteza, se, na hora de sair, eu vou ter que pagar uma taxa, não vou investir."



Campos Neto defendeu que setor privado encontre soluções para o problema público
Foto: Gabriela Biló/Estadão

Nesse sentido, o ex-presidente destacou os Emirados Árabes como um dos locais de maior atração de capital no mundo. Segundo ele, a política fiscal adotada no País é justamente o contrário da estabelecida pelo Brasil no atual governo.

"Temos que dar estabilidade para quem quer entrar, e de poder sair a hora que quiser", continuou. "Penso que a reinvenção vem pelo lado privado (...). E volto a uma frase que eu sempre dizia no passado: 'O problema é que a gente ficou muitos anos tentando achar soluções públicas para problemas privados, porque a gente precisa achar solução privada para o problema público'."

Ainda sobre o Executivo, o ex-presidente do BC disse que há uma oportunidade (para a oposição ao atual governo) se aproximando em 2026 e que espera que a população brasileira "não deixe passar".

Credibilidade fiscal

Campos Neto afirmou que não tem nenhuma crítica a fazer em relação à condução atual da política monetária do País, que vem aumentando a taxa Selic nas últimas atas do Comitê de Política Monetária (Copom). "Se eu estivesse lá, faria a mesma coisa", disse.

"Acho que eles têm feito um trabalho dentro 'do que dá' para fazer, que é muito parecido com o que eu estaria fazendo", continuou Campos Neto. "Então, não tem muito o que falar de política monetária,

porque de fato não há nenhuma crítica para fazer. Não acho que a ‘bola’ hoje está do lado da política monetária, está do lado da política fiscal.”

Ao ser questionado sobre a leitura de que o ciclo de alta na taxa básica de juros teria acabado, o ex-presidente do BC salientou que mesmo se a Selic (que está projetada para se manter a 14,75% até o final do ano) baixe para eventuais 13%, ela continuará alta. Para Campos Neto, não há credibilidade fiscal no Brasil para que a taxa retorne ao patamar de um dígito.

“Não acho que tenhamos condição de gerar uma credibilidade fiscal muito diferente da que há hoje. Nos últimos tempos, a taxa está restritiva. Também é verdade que quando iniciamos o movimento, existiam vários sinais que mostravam superaquecimento da economia”, explicou o ex-presidente. “Os sinais de superaquecimento estavam em vários lugares — parte de importação, a parte da demanda agregada subindo mais — Assim, a taxa foi elevada. Quando saí do BC, houve gás de fazer mais algumas elevações.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/06/2025

PETROBRAS VOLTA A OLHAR OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO MUNDO: VEJA OS PAÍSES NO RADAR

Empresa vai participar de licitação na Costa do Marfim; retorno ao mercado externo começou em 2023 e leva em conta que os reservatórios do pré-sal começam a declinar na próxima década

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - Após um longo período de poucos investimentos fora do País, a Petrobras novamente volta seus olhos para o mercado internacional em busca de reservas. Na semana passada, anunciou mais um mercado para desbravar: Costa do Marfim, na costa oeste africana. Se sair vitoriosa da licitação, os ativos vão se somar a outras iniciativas no mesmo continente, como África do Sul, Angola, Namíbia e São Tomé e Príncipe.

Em 2023, a empresa retomou sua presença na África — continente praticamente abandonado nos governos Temer e Bolsonaro —, com aquisição de participação em três blocos em São Tomé e Príncipe, também na costa oeste africana, uma região que, segundo estudos geológicos, teria sido separada do continente sul-americano há milhões de anos.

Em fevereiro de 2024, a companhia anunciou a aquisição de participação em três blocos exploratórios — 10, 11 e 13 —, operados pela Shell, em São Tomé e Príncipe.

Além disso, celebrou aditivos aos contratos de partilha de produção e Joint Operating Agreements correspondentes, passando a fazer parte dos consórcios dos referidos blocos, que incluem ainda a Agência Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe e a Galp. Com isso, a petroleira ficou com 45% de participação nos blocos 10 e 13 e 25% no bloco 11.

Potencial

Segundo o analista de energia da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, a empresa ganha tração com o novo acordo de exclusividade para avaliar outros ativos na região.

“Trata-se de um movimento coerente com sua estratégia de expansão seletiva em águas profundas e ultraprofundas, com geologia compatível à sua expertise e bom potencial de descoberta”, afirmou.

Ele explicou que, apesar das diferenças em relação ao pré-sal brasileiro, a bacia offshore da Costa do Marfim compartilha algumas características operacionais semelhantes às do Brasil: lâminas d’água profunda, sistemas petrolíferos ativos e infraestrutura crescente.

O interesse de majors como TotalEnergies, Shell e Eni na margem atlântica africana — e descobertas recentes como o campo Baleine (mais que 2 bilhões de barris de reservas) reforçam o atrativo da região.

“Além do alinhamento técnico, o avanço na África é estratégico: a vida útil média das reservas provadas dispostas atualmente pela Petrobras gira em torno de uma década, o que impõe a necessidade constante de reposição. A Costa do Marfim oferece uma janela oportuna para novos volumes exploratórios, com relação risco-retorno controlado e possibilidade de desenvolvimento competitivo no médio prazo”, disse Arbetman.

A expansão para o continente africano tem como objetivo a busca de reservas, e até mesmo a Índia, um país onde a companhia nunca havia ventilado se instalar, já entrou no rol de possíveis alvos da estatal brasileira. Afinal, os fartos reservatórios do pré-sal não são infinitos e começam a declinar no início da próxima década. Mesmo em meio a uma transição energética, sem novos reservatórios, a produção da companhia tende a diminuir ano a ano sem novas descobertas.

Investimentos

Ainda não está claro, porém, quanto a empresa planeja investir fora do Brasil. Apesar de não citar exatamente a Costa do Marfim no plano atual (2025–2029), a previsão é de aplicar US\$ 1,7 bilhão em investimentos exploratórios até 2029 fora das margens Sul, Sudeste e Equatorial brasileiras.

A participação da produção internacional no total consolidado da companhia, no ano passado, não passou de 1,26%. Mas tanto investimento quanto o peso na produção total devem crescer com as novas ambições da atual gestão.

Tanto a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, quanto sua diretora de Exploração e Produção, Sylvia Anjos, não poupam declarações favoráveis à atuação internacional da companhia.

“Acreditamos e queremos o Brasil. Por isso a gente está lutando tanto para conseguir a nossa licença (de perfuração na Foz do Amazonas). Mas temos um conhecimento, é sabido que (os territórios de) Brasil e África estiveram juntos. Então a gente sabe que a geologia se espelha uma na outra. Por isso também conhecemos muito bem a África”, afirmou Sylvia no mês passado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/06/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

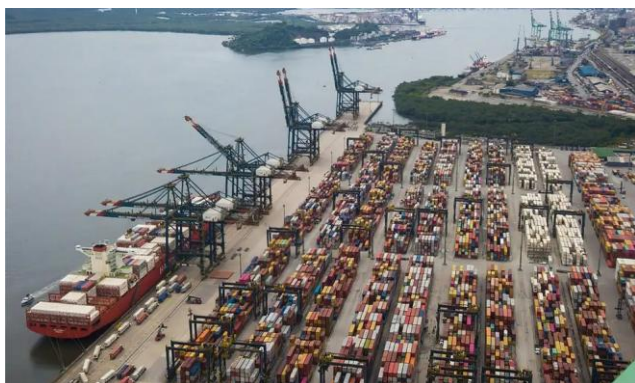
CADE ABRE PROCESSO PARA APURAR PRÁTICAS ANTICOMPETITIVAS EM PRATICAGEM NO PORTO DE SANTOS

Autorarquia investiga uma possível conduta comercial uniforme por meio de negociações coletivas por parte dos profissionais de praticagem que atuam no Porto, por meio de sindicatos, o que é vedado pela legislação concorrencial

Por Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon, Valor — Brasília

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu um processo administrativo para apurar supostas práticas anticompetitivas na atividade de praticagem no Porto de Santos (SP).

A área técnica da autarquia investiga uma possível conduta comercial uniforme por meio de negociações coletivas por parte dos profissionais de praticagem que atuam no Porto, por meio de sindicatos que representam essas empresas, o que é vedado pela legislação concorrencial.



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

A praticagem é um serviço prestado em portos aos comandantes de grandes embarcações, principalmente quando as peculiaridades locais impõem riscos à navegação segura, auxiliando grandes navios a atracarem ou desatracarem com segurança.

Segundo a investigação, desde 2020, no mínimo, essas entidades participam de negociações coletivas com empresas de navegação, que são usuárias dos serviços, com o objetivo de estabelecer valores mínimos para a remuneração dos serviços de praticagem na região.

Segundo o Cade, esses acordos eram firmados com associações das empresas consumidores ou diretamente com cada empresa de navegação marítima, com tabela de valores pré-estabelecida. Segundo o processo, também houve confissão da conduta por parte das empresas.

O Valor tentou contato com as entidades representadas - Sindicato dos Práticos dos Portos do Estado de São Paulo e Coordenação Geral dos Serviços de Praticagem da ZP-16, mas não conseguiu localizá-las.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/06/2025

RÚSSIA LANÇA NOVO ATAQUE COM DRONES CONTRA A CAPITAL DA UCRÂNIA

Ucrânia disse que a Rússia disparou 315 drones em todo o país

Por Reuters — Kiev



Uma explosão é vista após um ataque aéreo russo em Kiev, na Ucrânia, na sexta-feira, 6 de junho de 2025. — Foto: (AP Photo/Evgeniy Maloletka)

A Rússia lançou um dos seus maiores ataques aéreos contra Kiev em mais de três anos de guerra, atingindo sete dos seus 10 distritos, nesta terça-feira (10). Fortes explosões abalaram a capital ucraniana e iluminaram o céu nas primeiras horas da manhã, deixando nuvens de fumaça densas sobre a cidade, segundo testemunhas.

As forças russas confirmaram que realizaram ataques contra alvos militares em Kiev com armas de alta precisão e drones, segundo a agência de notícias estatal TASS, citando o Ministério da Defesa.

A força aérea da Ucrânia disse que a Rússia disparou 315 drones em todo o país, dos quais 277 foram abatidos. Todos os sete mísseis lançados pela Rússia também foram derrubados. Os alertas de ataque aéreo em Kiev e na maioria das regiões ucranianas duraram cinco horas, de acordo com informações divulgadas pelos militares.

Os ataques noturnos seguiram o maior ataque de drones da Rússia na guerra contra a Ucrânia na segunda-feira e foram parte de bombardeios intensificados que Moscou diz ser retaliação aos ataques das forças ucranianas contra a Rússia. Na semana passada, a Rússia lançou 1.451 drones e 78 mísseis, de acordo com dados da força aérea ucraniana.

"Hoje foi um dos maiores ataques em Kiev", disse o presidente Volodymyr Zelensky. "Os ataques com mísseis russos e Shahed (drones) abafam os esforços dos Estados Unidos e de outros países ao redor do mundo para forçar a Rússia à paz."

Zelensky instou os aliados da Ucrânia a tomarem medidas para forçar a Rússia à paz, e o ministro das Relações Exteriores ucraniano, Andrii Sybiha, pediu novas sanções imediatas e sistemas de defesa aérea.

Embora Moscou e Kiev tenham realizado duas rodadas de negociações diretas de paz nas últimas semanas, o único progresso foi um acordo sobre a troca de prisioneiros de guerra, e a Rússia continuou a avançar ao longo da linha de frente no leste da Ucrânia.

Moscou e Kiev se culpam mutuamente pela falta de progresso para terminar a guerra, que se alastra desde a invasão em larga escala da Rússia em fevereiro de 2022, e o presidente dos EUA, Donald Trump, expressou frustração com ambos os lados.

A Rússia suspendeu temporariamente os voos durante a noite em quatro aeroportos que atendem Moscou, no Aeroporto Pulkovo de São Petersburgo e em aeroportos de outras nove cidades depois que o Ministério da Defesa disse que a Ucrânia havia lançado mais drones.

Moscou intensificou as operações após os ataques de Kiev a bombardeiros estratégicos em bases aéreas dentro da Rússia em 1º de junho e culpou Kiev pelas explosões de pontes no mesmo dia, que mataram sete pessoas e feriram dezenas.

No porto de Odesa, no sul, um ataque noturno de drones atingiu um prédio médico de emergência, uma maternidade e prédios residenciais, disse o governador regional Oleh Kiper no Telegram. Dois homens foram mortos no ataque, mas pacientes e funcionários foram evacuados em segurança da maternidade, disse ele.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/06/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TECON 10: GOVERNO DE SP CRITICA RESTRIÇÕES E SUGERE QUE CADE ANALISE SE HÁ CONCENTRAÇÃO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 09/06/2025 - 21:39



Administração paulista pediu ao MPor ampla competição pelo ativo, como forma de empregar mais celeridade ao projeto e de afastar eventual litigiosidade que poderia adiar processo

O governo de São Paulo manifestou posicionamento contrário às restrições de participação impostas no edital de licitação do novo terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon Santos 10). A secretaria de estado do governo paulista encaminhou ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), na última semana, um ofício alegando perda de isonomia a partir da criação

das duas fases propostas e restrições à entrada no certame de participantes que já operam contêineres no complexo portuário.

Na carta, o governo de São Paulo afirmou que foi 'surpreendido' com a nova sistemática do edital aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), após a fase de consulta e



audiência pública. O governo estadual pede ampla competição pelo ativo, como forma de empregar mais celeridade ao projeto, afastando eventual litigiosidade que poderia procrastinar sua execução.

“Em nossa visão, não se revela pertinente a criação de regras restritivas que esvaziam a ampla competição, impede a participação de agentes econômicos tecnicamente qualificados na disputa pelo ativo e podem resultar na prestação de um serviço menos eficiente e mais custoso para a cadeia logística paulista”, justificou.

O estado de São Paulo avalia ainda que, apesar do argumento da Antaq de que a participação dos atuais operadores de contêineres implicaria em futuros problemas de concentração de mercado, a própria agência reguladora apresenta uma alternativa que poderia mitigar os riscos de concentração de mercado, ao prever que, na etapa 2 da licitação, tais atores possam participar — desde que assumam compromissos de desinvestimento em seus contratos atuais de arrendamento.

Para o governo paulista, a agência reguladora acabou por indicar uma solução menos restritiva à concorrência do que aquela adotada na proposta aprovada para o procedimento licitatório, demonstrando não haver justificativas legais ou técnicas para estabelecer-se a restrição da etapa 1. O entendimento é que uma das premissas desse tipo de processo é que todos os agentes econômicos tenham a possibilidade de, ao menos, participar da licitação em condições ‘irrestritas, amplas e isonômicas’.

O governo de São Paulo defende que a análise da concentração indevida do mercado por decorrência do processo licitatório deveria ser conduzida Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Nada obsta, por exemplo, que o resultado da licitação seja condicionado à manifestação favorável do Cade, com as condicionantes que o órgão eventualmente impuser ao vencedor”, sugeriu no documento.

As regras aprovadas e encaminhadas para análise no Tribunal de Contas da União (TCU) preveem que a participação das empresas que já operam terminais de contêineres no complexo na segunda etapa depende de ausência de propostas na primeira, o que é tido como improvável devido ao valor do ativo. Os principais operadores de contêineres do Porto de Santos atualmente são a Santos Brasil, a BTP (Maersk/TiL) e a DP World.

Nos bastidores, porém, o mercado estima que existe apetite de grandes armadores e investidores, de diferentes partes do mundo, que estão interessados no Tecon Santos 10. Entre os nomes mencionados estão empresas como Cosco, Hapag-Lloyd, Maersk, MSC, PSA e ICTSI. Também há uma forte expectativa de que a JBS, que esse ano assumiu operações de contêineres no Porto de Itajaí (SC), possa vir forte nessa disputa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/06/2025